



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 74

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 9 de Abril de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 25 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Após a apresentação da correspondência, proferiram intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, a diverso título, os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Nuno Melo Alves (*PP*), Fernando Lopes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Natividade Luz (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Renato Leal (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*) e da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Período da Ordem do Dia

- **Continuação da discussão do** Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Joaquim Machado (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*).

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, a continuação da discussão do diploma ficou agendada para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa Rego
José Humberto Medeiros Chaves
José do Nascimento de Ávila
Lizuarte Manuel Machado
Luís Paulo de Serpa Alves
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira Campos
Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Maria da **Natividade da Luz**
Nélia Maria Pacheco Amaral
Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral
Óscar Manuel Valentim da Rocha
Osório Meneses da Silva
Paulo Manuel Ávila Messias
Renato Luís Pereira Leal
Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis
António Bento Fraga Barcelos
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Manuel Bettencourt Cunha
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador Fernandes
José Joaquim Ferreira Machado
José Manuel Cabral Bolieiro Dias
José Manuel Avelar Nunes
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros
Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Dionísio Sousa, Osório Silva, Paulo Messias, Francisco Barros e Francisco Oliveira, requerimento do seguinte teor:

“Há muito que a EDA, na Terceira, se mantém, como um dos problemas políticos relevantes da ilha, principalmente, por ausência de sensibilidade e preocupação em adaptar os seus procedimentos de relacionamento com a população que serve, por um lado, às características específicas dessa população e, por outro, às próprias circunstâncias, limitações e deficiências do serviço que presta.

Este último aspecto é particularmente relevante porque tem (ou pode) ser completamente diferente a atenção em lidar com a sua clientela, por uma empresa que presta um serviço de interesse geral como é o caso da EDA, se o faz em condições habituais de satisfação dos seus utentes-pagantes ou, pelo contrário, se acumula, ao longo de décadas, uma tradição de serviço insatisfatório e cheio de deficiências e limitações constantes, exasperantes e inexplicadas.

Reportando-nos ao que, em concreto, se passa com a EDA, na Terceira, se o cliente da EDA continuar a sentir, ao longo dos anos, o mesmo problema que sempre sentiu- os cortes de luz, mais ou menos constantes - (e pouco interessa ao cliente se eles tem descido nos últimos tempos, em termos percentuais. Ele nem dará por isso, a não ser que a empresa tenha a elementar preocupação de lho lembrar – o que, até hoje, nunca aconteceu - com a mesma ou maior insistência que os próprios cortes ou avarias), ele continuará a queixar-se da EDA com a mesma veemência com que sempre o fez.

Vem tudo isto, a propósito de a EDA, com uma incapacidade de adaptação às circunstâncias, que bate seguramente todos os recordes que possam constar do Guinness-book sobre esta ou matérias semelhantes, manteve, implacavelmente, o programa de interrupção do fornecimento de energia eléctrica que anunciara nos jornais para o dia 16 de Março de 2003.

Nem o facto de, dois dias antes, ter sido anunciado que, naquele dia 16, a Terceira seria o centro das atenções do mundo, comoveu a EDA a deixar de sacrificar alguns dos seus clientes das freguesias de São Sebastião, Porto Judeu, São Bento, Ribeirinha e São Brás a ficarem forçadamente desligados desse mundo entre as 8 e as 14 horas?

Não será óbvio que, para essas pessoas, e nem interessa se serão muitas ou poucas, o seu bode expiatório nesse dia, que bem poderia ter sido Bush, Aznar, Blair, Durão Barroso ou Saddam Hussein, consoante as suas convicções, continuou a ser o mesmo de há muitos anos – a EDA ?

Como é possível que a EDA continue a porfiar em manter-se, com atitudes deste jaez, como um dos problemas políticos mais espinhosos da Terceira, para além de todas as decisões políticas, de todas as programações técnicas, de todas as alterações de chefias ou de funcionários?

Como é possível que a EDA continue a ser, em 2003, tão indiferente ao mundo à sua volta, como era há uma década, há duas, ou três?

Em face do exposto, venho requerer a Vossa Excelência, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, que, através do Senhor Secretário Regional que tutela a empresa, me responda, a mim próprio e aos terceirenses em geral, às seguintes quatro lancinantes questões:

1. Porquê e até quando?

2. Mas porquê e até quando?
3. Meu Deus, mas porquê e até quando?
4. Senhora EDA, mas porquê e até quando?

Horta, 8 de Abril de 2003.

Os Deputados do GPPS da Ilha Terceira: Dionísio Sousa, Osório Silva, Paulo Messias, Francisco Barros e Francisco Oliveira”

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 292/VII, apresentado pelos Srs. Deputados José Manuel Bolieiro e Joaquim Machado, do seguinte teor:

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1 - As razões dos sucessivos adiamentos da obra de recuperação do recolhimento de Santa Bárbara prenderam-se, até ao ano transacto, com a conclusão definitiva dos projectos das especialidades, que foram objecto de correcções e actualizações, tendo em conta a grande complexidade da obra. Durante o corrente ano, como é evidente, não é possível avançar com a obra, atendendo às constricções do Plano e Orçamento de 2003.

2 - Apesar das fortes constricções orçamentais, cujas causas são amplamente conhecidas, houve a preocupação de inscrever uma verba nesta acção para 2003 destinada à “limpeza, vedação e consolidação das ruínas”, no sentido de minorar os efeitos de perigosidade, no pressuposto de que, deste modo, esta medida profiláctica evitaria uma acentuada degradação. E, já durante o ano de 2002, foram consultadas cinco firmas com o objectivo de executar estes trabalhos prioritários, no entanto, dadas as características das consultas no âmbito do Decreto-Lei nº. 59/99, de 2 de Março, apenas uma firma apresentou uma proposta, sendo a mesma considerada inaceitável, tendo em conta que os valores envolvidos ultrapassavam largamente os valores do procedimento. Neste momento, está a ser desenvolvida toda a tramitação administrativa a fim de que o processo seja retomado.

Acrescente-se, ainda, que, para uma equilibrada gestão dos recursos financeiros, procede-se à recuperação (em bom ritmo) das talhas da igreja do Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada, espaço amplo e extensivo das actividades a desenvolver pelo Museu Carlos Machado, que, em breve, poderá estabelecer um apropriado discurso museológico em edifício, também, de grande valor arquitectónico e simbólico.

3 - O Recolhimento de Santa Bárbara é, sem dúvida, um edifício de reconhecido interesse histórico, merecedor de uma cuidada recuperação. Trata-se de um imóvel de grande valor arquitectónico, classificado de interesse público, cuja reabilitação é indiscutível.

4 - É premente a execução desta obra no contexto da despesa pública em matéria de Património Arquitectónico, no entanto, as limitações orçamentais não permitem assegurar a execução e conclusão da obra.

5 - O Museu Carlos Machado está instalado desde 1930 no Convento de Santo André, tendo esta estrutura sofrido várias actualizações internas com o objectivo de dar resposta às necessidades e solicitações da sociedade civil, cumprindo com êxito os objectivos e metas estabelecidos.

A integração do Recolhimento de Santa Bárbara, após conclusão da obra, no percurso das visitas do Museu Carlos Machado, é uma mais valia indispensável que se afigura de grande utilidade, abrindo novas capacidades na oferta das actividades do Museu.

6 - No ano de 2001 não houve qualquer despesa do projecto em consideração, sendo que, no que concerne ao ano de 2002, foram dispendidos 58.142,61€.

7 - Na melhor das hipóteses, somente durante o ano de 2004 poderá ser possível lançar o Concurso Público da Empreitada, contudo, este está directamente dependente da inscrição prévia das verbas necessárias, nos planos e orçamentos respectivos.

8 - A entrada em funcionamento do recolhimento como extensão cultural do Museu Carlos Machado só poderia ocorrer na melhor das hipóteses, dois anos após a adjudicação da obra, o que iria corresponder aos anos de 2006/2007.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Secretário (*António Loura*): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 304/VII, apresentado pelos Srs. Deputados Fernando Lopes, do seguinte teor:

“Em resposta ao requerimento em epígrafe, cumpre-me informar V. Exa que:

a) O Decreto-Lei nº. 69/90, de 2 de Março, que foi a base de elaboração dos Planos Directores Municipais, foi revogado pelo Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro.

O Decreto Legislativo Regional nº. 14/2000/A, de 23 de Maio (que adaptou à Região o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro), no nº. 3 do artº. 18 permitiu que os planos municipais de ordenamento do território que se encontrassem em curso de elaboração à data de entrada em vigor deste diploma, pudessem prosseguir nos termos da legislação revogada. Logo, a apreciação dos planos continuou a ser feita à luz do Decreto-Lei nº. 69/90, de 2 de Março, no entanto, sempre que surgem regras exequíveis nos planos, a apreciação destes é segundo o Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, que o respectivo artº. 152 assim o determina.

O projecto de revisão do Decreto Legislativo Regional nº. 14/2000/A, de 23 de Maio, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 11/2002/A, de 11 de Abril (republicado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 38/2002/A, de 3 de Dezembro), foi aprovado na última sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional.

O Decreto Legislativo Regional nº. 14/2000/A, de 23 de Maio, entrou em vigor quinze dias após publicação em Diário da República. Produz efeitos à data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, isto é 21 de Novembro.

b) Relativamente à situação dos PDM na Região

c) O único plano que aguarda pela ratificação do Governo Regional é o Plano Director Municipal de Vila do Porto (Sta Maria). O referido plano deu entrada nestes serviços no dia 16 de Outubro de 2002.

d)

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	DATA DE ENTRADA PARA APROVAÇÃO	DATA DA SUA RATIFICAÇÃO
Cervo	26 de Outubro de 1993	22 de Junho de 1994
Lagoa	19 de Junho de 1995	14 de Setembro de 1995
Vila Franca do Campo	23 de Janeiro de 1997	3 de Setembro de 1997
Ponte Delgada	22 de Outubro de 1999	12 de Maio de 2000
Horta	2 de Dezembro de 1999	29 de Julho de 2000
S. Roque	4 de Janeiro de 2000	29 de Julho de 2000
Nordeste	27 de Julho de 2001	31 de Janeiro de 2002

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência: *Cláudia Alexandra Coelho Meneses da Costa*”.

Secretário (Raúl Rego): Da Secretária Regional Adjunta da Presidência, resposta ao requerimento nº 296/VII, apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, do seguinte teor:

“Em resposta ao Requerimento em epígrafe, cumpre-me transmitir a V. Exa. a seguinte informação:

1. A entrada em funcionamento da Unidade de Hemodiálise do Hospital da Horta está prevista para finais de Abril próximo;
2. A entrada em funcionamento desta unidade nunca foi adiada, porque ao contrário do que se poderá depreender pelo teor da pergunta, nunca foi oficiosa ou oficialmente anunciada.

3. A formação e colocação dos profissionais necessários ao funcionamento da unidade em causa está, de imediato, assegurada.

Com a mais elevada consideração e estima pessoal,

A Secretária Regional Adjunta da Presidência, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa”.

Presidente: Apresentada a correspondência, a mesma encontra-se ao vosso dispor.

Passamos às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Pedagogicamente e sem prejuízo do debate, gostaria de informar que há vários deputados inscritos para proferir intervenções. Recomendava, em termos de esclarecimento, que houvesse alguma parcimónia para ver se as pessoas conseguem intervir.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Concluiu-se, na passada sexta-feira, a visita estatutária do Governo Regional à ilha do Pico. Contudo, por várias razões, esta não foi uma visita qualquer ou apenas mais uma visita. Por um lado, evidenciou a dinâmica e o empenhamento de um Governo Regional determinado em colocar o Pico na rota do progresso e do desenvolvimento, cumprindo, no essencial, os compromissos eleitorais assumidos com a Ilha e com as suas gentes. Por outro lado, revelou-nos uma oposição ausente e desesperada.

Ausente, desde logo, da visita à mais importante obra da autonomia feita no Pico, ou seja o novo Aeroporto. Por mais profissões de fé que se possam fazer, palavras leva-as o vento, mas factos, inexplicáveis e inaceitáveis como este, não se apagam facilmente.

Em todo o seu desespero a oposição procurou, por diversas vias, engendrar uma forma de dar nas vistas, tentando ofuscar a acção de um Governo Regional que tem o apoio da grande maioria dos açorianos e dos picarotos.

Na costa Norte nasceu a ideia do boicote dos Presidentes das Câmaras à reunião do Governo Regional com o Conselho de Ilha, a crermos nas notícias divulgadas pela comunicação social. Contudo, dois terços dos boicotantes boicotaram esse boicote.

Mas foi na frente Oeste que a oposição urdiu a sua manobra mais bem sucedida. Redigiram um abaixo-assinado absurdo e, na manhã da passada sexta-feira, conseguiram juntar, pela mentira, cerca de duas centenas de pessoas nas imediações do Centro de Saúde da Madalena para protestarem, alegadamente, contra o encerramento do serviço de urgências naquele Centro de Saúde.

Na ocasião acompanhámos, solidariamente, Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Sociais que não se eximiu a esclarecer as legítimas preocupações de todos os que, de boa fé, quiseram e querem ver as suas questões respondidas.

Contudo, não podemos aceitar a atitude daqueles que, movidos apenas por interesses pessoais e/ou partidários, se aproveitaram, de uma forma inqualificável, da boa vontade de algumas dezenas de picarotos.

Apesar dos esforços, todas estas manobras revelaram-se incapazes de mancharem a visita do Governo Regional que, objectivamente, se mostrou como uma das mais proficuas para o Pico em 27 anos de Autonomia.

O programa da visita indiciava isso mesmo e o comunicado do Conselho do Governo veio comprová-lo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Encimando o programa estava a visita às obras do novo Aeroporto do Pico, tendo o Governo Regional e nós próprios podido constatar o bom andamento das obras de ampliação da pista – ao ponto da mesma ter sido reaberta à operação antes da data prevista –, ao mesmo tempo que se procedeu à apresentação do projecto para a nova aerogare e demais serviços e meios necessários à operação de aeronaves de médio e grande porte, permitindo efectuar ligações directas com o exterior. Correspondendo a um investimento global que rondará os 11 milhões de euros.

Com a assinatura do respectivo auto de consignação está iniciada a obra de reabilitação do molhe e de consolidação da cabeça do Porto Comercial do Pico, no valor de 8,5 milhões de euros, a qual, para além da importância imediata, assenta numa solução técnica que permitirá, no futuro, concretizar a desejada e necessária ampliação daquela estrutura dotando-a de dois postos de acostagem. Neste domínio, realçamos ainda a decisão de, no decurso da obra de São Roque, se proceder ao reforço do quebra-mar do Porto da Madalena.

Na tarde de quinta-feira, na vila das Lajes, presenciámos, final e felizmente, a queda de mais um mito. Depois de todos terem efectivamente percebido que aquilo que durante anos se propôs não tinha qualquer cabimento, os lajenses puderam assistir à apresentação de uma solução técnica de protecção costeira, que alcançará não só esse desiderato como permitirá operacionalizar o Porto da Vila Baleeira, fomentando o desenvolvimento que todos ambicionamos para o Sul do Pico. O projecto está praticamente concluído e a obra Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em desenvolvimento da política dos Governos socialistas para a área das pescas, que se tem vindo a concretizar com inúmeros e importantes investimentos nos diversos portos de pesca da ilha, foi apresentado o projecto e autorizada a abertura do concurso para a ampliação e melhoramento da operacionalidade do Porto Calhau da Piedade, uma obra no valor de 600 mil euros que se constitui fundamental para o desenvolvimento da actividade piscatória naquela zona da ilha.

Prosseguindo com o programa da visita, o Governo Regional teve ainda oportunidade de constatar o bom funcionamento do Centro Comunitário de Apoio a Idosos da Santa Casa da Misericórdia de São Roque, recentemente inaugurado, bem como o avançado momento de construção do edifício dos Serviços da Segurança Social da Madalena.

Na prossecução de uma política de apoio social sem paralelo, durante esta visita, foi assinado um protocolo de cooperação e investimento com a Santa Casa da Misericórdia das Lajes do Pico com vista à construção de uma residência para idosos na freguesia da Piedade, no valor de 150 mil euros.

Congratulamo-nos, ainda, com a abertura do Museu do Vinho, na certeza de que este, não se limitando a um mero repositório de peças, constituirá um importante pólo de dinamização cultural da ilha e em particular do concelho da Madalena.

Continuando um apoio ímpar ao sector agro-pecuário do Pico, incrementado em 1997, o Governo Regional autorizou a abertura do concurso para a construção do novo Matadouro do Pico, no valor de 2,5 milhões de euros, bem como a contratação de dois técnicos superiores para apoio à produção e transformação no âmbito do Queijo do Pico – DOP (os quais já se encontram ao serviço). Realçam-se também os apoios atribuídos à Comissão Vitivinícola Regional dos Açores e à Associação de

Agricultores da Ilha do Pico e a manifestação do empenho do Governo Regional na implementação do projecto de investimento da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico.

No domínio do Ambiente destacamos a aprovação do Plano de Gestão da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha (PPIRCVIP), a decisão de elaborar um plano especial de ordenamento para a mesma área, bem como a apresentação dos projectos relativos à Casa de Apoio da Montanha do Pico, à Casa de Apoio da Gruta das Torres e à recuperação do Solar do Lajido de Santa Luzia.

Aos picarotos não sobram quaisquer dúvidas quanto à importância das obras em curso e daquilo que esta visita trouxe de novo para a Ilha, dando resposta positiva a muitas questões que se arrastaram durante décadas, apenas por falta de vontade política.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Como é evidente, eu não vou fazer uma solene declaração política sobre metade das declarações ouvidas há pouco na comunicação social.

Vou fazer uma humilde intervenção, classificada no Regimento de interesse político relevante para a Região.”

Começava assim, desta tribuna, o Senhor Deputado Dionísio de Sousa no dia 14 de Março de 2001.

O Deputado Dionísio de Sousa dizia-se então cansado de receber cartas anónimas que, segundo ele, não passavam de sujeira política.

Esta sujeira política assumiu, num caso concreto bem recente, três características ainda mais deploráveis.

Na passada semana os picoenses foram brindados com um mailing anónimo distribuído por todas as casas onde, sem qualquer informação acerca do remetente, se

divulgava uma peça do Jornal Açoriano Oriental com uma montagem gráfica sugerindo que o autor de certas afirmações era o responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD.

Em primeiro lugar, o mailing anónimo era direccionado a toda a população de uma ilha.

Em segundo lugar, o mailing anónimo era composto por um insidioso arranjo iconográfico que pretendia fazer campanha negativa acerca de pretensas posições do PSD.

Em terceiro lugar, quem questionasse a origem de tal mailing obtinha a informação de que o remetente era a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Delegação da Ilha do Pico (a este respeito, Sr. Presidente, esperamos que brevemente possamos ter resposta acerca do que os CTT têm a dizer em relação a esta matéria).

Acontece que face ao polémico uso do nome da Assembleia Regional, o Deputado do Partido Socialista Hernâni Jorge veio a público denunciar-se como autor de semelhante mailing.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos numa democracia pluralista, onde a diferença de opiniões não é delito nenhum.

Estamos aqui neste Parlamento em representação do Povo que nos elegeu, em eleições livres e democráticas.

Custa-nos a aceitar que um Deputado eleito pelo povo sinta necessidade de recorrer à cobardia do anonimato para fazer chegar às populações que o elegeram as suas opiniões e, pior do que isso, usar este anonimato cobarde para atacar os adversários e colar-lhes falsos rótulos.

O que poderá ter passado pela cabeça do Senhor Deputado quando se socorreu de semelhante estratagema, eticamente condenável, para comunicar com os eleitores?

Mas será que vivemos numa sociedade de medo, onde há necessidade de recorrer ao anonimato cobarde para criticar uma opinião com a qual possamos não concordar ou para atacar os antagonistas políticos?

Arrepiam-nos só de pensar que há ainda mentes que, mesmo tendo assento nos mais altos cargos políticos da nossa democracia, sentem, todavia, necessidade de recorrer

ao anonimato cobarde, na tentativa de denegrir os detentores de opiniões contrárias e os adversários políticos.

A nossa democracia não pode estar saudável quando ainda tem actores destes. Entristece qualquer democrata ter entre os seus pares alguém que não sabe ou não quer conviver com a democracia. Afinal, chegamos à triste conclusão que temos, nesta casa, democratas à força.

A democracia e a liberdade de opinião não são para serem impostas aos outros. São valores que este Parlamento, e daí os Deputados que o integram, deve ter sempre em mente como farol de toda a sua acção.

Não estamos aqui para brincar à democracia e à pluralidade de opinião. Estamos aqui para aplicá-la no dia a dia, nos nossos actos e nas nossas omissões, quando nos agrada e quando não nos convém.

Vivemos um momento triste da nossa democracia parlamentar.

Os açorianos têm razões para questionar a razão de ser do trabalho que se tenta levar a cabo quando assim se procede.

A democracia e o exercício da liberdade são exigentes. Não se pode ser democrata à força – porque, simplesmente, se vive em democracia.

Quem não sabe ser democrata, respeitar as opiniões dos outros e dignificar o combate político devia questionar o seu lugar numa democracia parlamentar.

Esperamos sinceramente que este não tenha sido mais do que um triste episódio, levado a cabo num triste momento.

É nosso dever enobrecer a democracia e exultar a liberdade.

É nossa obrigação dignificar o combate político e respeitar as regras da pluralidade democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista tem vindo a fazer cavalo de batalha de opiniões do Professor Doutor Mário Fortuna, dadas enquanto economista e num contexto de prioridades de finanças públicas, em que se mostrava mais preocupado com a segurança do espaço aéreo da Região do que com determinado investimento numa qualquer Ilha.

O PSD respeita as opiniões de todos os seus militantes, mas tem opções tomadas sobre a estratégia de desenvolvimento dos Açores e de cada uma das suas ilhas.

O PSD, acerca dos investimentos no aeroporto do Pico, através dos seus dirigentes de ilha e do seu líder regional e candidato a Presidente do Governo, já reafirmou aquilo que todos conhecem: somos a favor da ampliação do Aeroporto do Pico.

Há pouco tempo, publicamente, congratulámo-nos com o andamento das obras. Tentar negá-lo, usando os métodos descritos, só pode ser considerado como terrorismo e pirataria política, que para nós apenas qualifica autores individuais e não o partido de que fazem parte, que apesar das naturais divergência democráticas que temos com o Partido Socialista, continua a merecer o nosso respeito institucional.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas entendeu por bem trazer à sala de plenário um assunto que, pelo menos da minha parte, tinha ficado esclarecido na conferência de líderes.

Ao ouvir o Sr. Deputado, recordei-me de um episódio que se passou nesta Assembleia em que, numa situação semelhante, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi ameaçado de que se romperia toda e qualquer colaboração e relacionamento institucional com o Partido Socialista.

É pena que o Grupo Parlamentar do PSD tenha optado por isso, porque este assunto já foi esclarecido ou pelo menos a dúvida não continuou na Conferência de Líderes.

O mailing a que foi feita referência não foi enviado por deputados.

Deputado Mark Marques (PSD): Então por quem foi?

O Orador: Isso foi esclarecido na conferência de líderes.

Tenho muita pena que isto tenha que ser posto assim.

Em segundo lugar, a Assembleia Legislativa Regional não pagou um cêntimo pelo envio desse documento e se o Sr. Deputado Duarte Freitas quiser cópia do recibo, ser-lhe-á entregue. Também isso foi esclarecido na conferência de líderes.

Na tentativa de se fazer um tribunal neste plenário, de dizer que há uns que estão pela democracia, outros não e há outros que são responsáveis pela má imagem dos políticos desta terra, o Sr. Deputado Duarte Freitas desiludiu-me muito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem o desiludiu foi o deputado da sua bancada!

O Orador: Esperava que o senhor tivesse outro tipo de cuidado. A sua intervenção pecou por excesso. Eu até admitia como razoável, aceitava como perfeitamente legítimo, como referi na conferência de líderes, que havendo suspeitas relativamente a quem tinha pago o mailing, o Grupo Parlamentar do PSD quisesse esclarecer esse assunto.

Esse esclarecimento foi feito na conferência de líderes.

O senhor entendeu por bem trazer este assunto para aqui, talvez para contrariar aquelas que foram as posições do Sr. Deputado Hernâni Jorge na intervenção feita antes do senhor, mas há aqui coisas que devemos separar, Sr. Deputado.

Se o senhor quer construir um tribunal nesta casa para saber quem é mais sério em termos de política, vamos a isso. Mas o senhor não tem interesse nisso. Ninguém, nem o próprio sistema político açoriano, tem interesse nisso.

A luta partidária – as falhas e os erros – será analisada pelo povo que demonstrará que não gosta deste estilo ou daquele outro.

Armar tribunais nesta casa e querer demonstrar que uns são mais sérios que os outros, que estão impolutos, não funciona assim, pelo menos com a contribuição dessa parte.

Por último, lamento mais uma vez que não tenha havido contenção da parte do Grupo Parlamentar do PSD, para que aquilo que foi tratado e esclarecido na conferência de líderes, tenha ficado na mesma conferência.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi-me transmitido com rigor, pelo nosso Presidente do Grupo Parlamentar, Dr. José Manuel Bolieiro, o que se passou na conferência de líderes.

De facto, o que foi afluído nessa conferência foi a questão da Assembleia ter ou não pago o mailing. É importante que isto seja esclarecido.

Eu fiz esta intervenção, porque quando recebi o mailing anónimo dirigi-me aos CTT e perguntei se podia saber quem era o remetente daquele documento. Eu vi com os meus olhos no documento que acompanhava aquele mailing: Assembleia Legislativa Regional dos Açores – Delegação da Ilha do Pico. Isto foi-me mostrado perante 4 ou 5 testemunhas.

Como não vou ser “juiz em causa própria”, estamos a pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que pergunte aos CTT quem é que estava identificado no remetente desse mailing, como sendo o seu originário. Vai ver que o senhor não tem razão em muitas das questões. Quando a resposta chegar o senhor vai perceber.

Vai perceber mais, porque também tenho informações, Sr. Deputado, mais graves do que isso – e os CTT também lhe poderão informar – em relação à primeira forma de pagamento, quando foi depositado o mailing anónimo, e qual foi a forma, 3 ou 4 dias depois, que foi pago quando os jornais questionaram o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os CTT vão provar tudo isto preto no branco. O que vos posso dizer mais uma vez é que vi com os meus olhos o remetente como sendo a Assembleia Legislativa Regional dos Açores – Delegação da Ilha do Pico.

Não posso afirmar, embora saiba e tenha indícios, qual foi o processo, desde o seu início. Certamente que os CTT vos poderão esclarecer.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro acha que eu exagerei quando falei neste assunto?

Eu comecei por citar o seu colega de bancada, Dr. Dionísio de Sousa, sobre um assunto que também falava de cartas anónimas e tentei argumentar por que é que entendia que neste caso a situação era mais grave.

Também acho que tentei destrinçar aquilo que é o respeito institucional e o respeito que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o seu Presidente mereceu de nós, de um acto infeliz de um determinado deputado.

Se viesse dizer que errou, falhou e que pedia desculpa, estava tudo resolvido publicamente, mas teria que ser publicamente porque foi publicamente que foi feita esta missiva e esta tentativa de campanha negativa contra o Partido Social Democrata.

Penso que é uma situação grave que tem que ser esclarecida não só em termos do processo dos CTT com a Assembleia, mas também em termos de ética política.

Não podemos atirar pedras para ninguém.

Ninguém é Deus, nem ninguém deixa de ter pecados nas tricas políticas e no debate político. Eu próprio posso queixar-me de muitas coisas, como muita gente se pode queixar.

Eu já tive que pedir dispensa de imunidade parlamentar, quando uma ilustre militante do Partido Socialista estava bem inclinada para me levantar um processo como eu tinha sido mal educado com ela, para me poder defender e provar que eu é que tinha razão e ela não.

Eu e outros colegas desta bancada já fomos vítimas de maquinações dessas, mas resolvemos nas instâncias próprias.

Agora, fazer um mailing anónimo com uma montagem insidiosa que tem como remetente Assembleia Legislativa Regional dos Açores, é um assunto para ser tratado aqui.

A conferência de líderes com certeza terá tratado da parte burocrática e processual, mas politicamente temos que tratar o assunto, porque as coisas não podem ser assim. Tem que haver algum limite para algumas coisas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

O senhor não pediu esclarecimentos. Quem pediu esclarecimentos foi o seu líder parlamentar na conferência de líderes. A conferência de líderes não é um órgão administrativo, não é um órgão logístico. A Mesa é que é.

Aquilo que eu contesto e lamento é facto desse assunto já ter ido à conferência de líderes, de já estar esclarecido e o senhor voltar a trazê-lo aqui.

Em meu abono invoco quem esteve na conferência de líderes e ouviu a conversa.

Aquilo que queriam era ajuizar o comportamento do Partido Socialista na conferência de líderes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não senhor!

O Orador: Não diga que não, porque o senhor não estava lá.

Em relação a esta matéria, aquilo que eu disse foi que aceitava, que considerava legítimo a questão do Partido Social Democrata, em relação à eventual utilização de meios da Assembleia Legislativa Regional, mas que não era aquele o local para discutir esse aspecto, porque isto não é um órgão de tutela de partidos políticos.

Por último, eu solicito ao Sr. Presidente e aos serviços que distribuam ao Sr. Deputado Duarte Freitas e que fique junto da Mesa uma fotocópia do recebido dos CTT relativo ao mailing passado em nome do Sr. Deputado Hernâni Hélio Jorge.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu agradeço, porque eu quero ver a data.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vivemos um momento triste da democracia parlamentar protagonizado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... ao querer trazer para esta Casa uma questão de índole estritamente partidário.

A responsabilidade pelo mailing que foi distribuído nas casas daquela ilha foi assumida pelo Secretário Coordenador da Ilha do Pico, Hernâni Jorge e pelo Secretariado de Ilha do Partido Socialista, mailing esse que foi pago, conforme consta desse recibo, por mim, líder do Partido Socialista da Ilha do Pico.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A posteriori. Passados 3 dias!

O Orador: É preciso não confundir o Deputado com o responsável político.

Quem assumiu esse mailing foi o Partido Socialista da Ilha do Pico. O responsável político pelo Partido Socialista daquela ilha assumiu e pagou esse mailing.

O Sr. Deputado Duarte Freitas, como líder do PSD da Ilha do Pico, tem todo o direito de discutir e debater politicamente esta questão, mas lá fora.

Agora não pode nem deve confundir as coisas e trazer para esta casa, para o debate parlamentar, aquilo que não deve ser debatido cá dentro.

Sob palavra de honra, com as explicações que o Sr. Presidente e a Mesa me devem merecer, está aí o recibo a comprovar que o mailing que foi distribuído na Ilha do Pico, assumido pelo Partido Socialista daquela ilha, foi pago pelo cidadão Hernâni Hélio Jorge e nunca pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A posteriori e nós vamos provar tudo isso.

Pelo menos devia fazer as coisas com inteligência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Secretários Regionais:

Com toda a serenidade para esclarecer o que nesta matéria importa clarificar.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD escreveu uma carta ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional onde fundava a sua motivação para o requerido em notícias da comunicação social sobre a distribuição de um mailing, apócrifo, saído dos CTT da Ilha Pico, com origem na Assembleia Legislativa Regional e distribuído a toda a população daquela ilha, numa campanha negativa contra o PSD.

Queria um esclarecimento sobre esta matéria. Quero saber do envolvimento da Assembleia Legislativa Regional neste processo, sem acusar ninguém e muito menos disse alguma vez que a instituição tivesse patrocinado esta atitude a todos os títulos eticamente reprovável, quer no plano parlamentar, quer no plano político.

De facto, o que solicitei foram esclarecimentos.

Foi-me dito pelo Sr. Presidente que a Assembleia não teria pago, pelo contrário, tinha na sua posse documentos que comprovavam que o Dr. Hernâni Jorge teria pago este documento, mas que já tinha dado orientações à Secção da Contabilidade, para apurar toda esta situação e muitos outros mailings que tinham sido promovidos desde a sua posse até à data do seu despacho.

O entendimento era o de que não estava em causa a instituição Assembleia Legislativa Regional. Eu aceitei este entendimento.

Seja como for, apelei a que perante uma situação destas, o ideal seria que o Sr. Presidente da Assembleia e todos nós tivéssemos os comprovativos, a argumentação apresentada pelo visado e auto-confessado autor deste processo e afastaríamos a hipótese de referência à instituição.

O Sr. Presidente da Assembleia disse-me que tinha solicitado aos CTT, em Ponta Delgada, que centraliza o controlo destes mailings, toda a informação.

Eu aguardo esta informação.

Portanto, não se confunda a questão relativamente ao envolvimento do Parlamento, da instituição Assembleia Legislativa Regional, com o debate político parlamentar.

Não há, nem pode haver, em circunstância alguma, em conferência de líderes ou qualquer outro órgão, a limitação a qualquer exercício de liberdade de iniciativa, de trazer a debate qualquer assunto de interesse relevante para a política na Região Autónoma dos Açores.

Eu não tenho, nem quero ter alguma vez, qualquer atitude no sentido de impor a qualquer um dos Srs. Deputados os assuntos que devem falar no Parlamento ou os que não devem abordar.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Sr. Deputado, não há aqui qualquer compromisso que tenha sido quebrado.

Devo dizer que isto até é pedagógico para que se procure evitar aquele tipo de comportamentos, que aliás me parece ser repudiado, ou pelo menos não secundado por V. Exa..

Entretanto, vamos aguardar para ver qual a atitude e o comportamento do Sr. Deputado Hernâni Jorge, quanto ao envolvimento da Delegação da Assembleia Legislativa Regional na Ilha do Pico nesta matéria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Para mim, este critério está óptimo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É o critério normal!

O Orador: Sabe quem é que em Janeiro de 1998, do lugar onde o senhor está sentado, quando este grupo parlamentar trouxe a esta Assembleia um problema que no vosso entendimento devia ter sido resolvido noutra parte, se levantou e ameaçou?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu tenho boa memória!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: Tem tudo a ver, Sr. Deputado.

Eu não quero entrar pelo caminho que o PSD abraçou, porque considero que do ponto de vista político isso pode mexer ou não com a sua sensibilidade jurídica, mas o vosso comportamento mexe-me com a minha sensibilidade de cidadão.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor quer evitar o debate?

O Orador: Eu não quero evitar o debate.

Os senhores querem armar aqui um trinta e um, fazendo-se passar pelos sérios e honestos. Os perigosos são os socialistas.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é que cria fantasmas com facilidade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não. Eu disse que ninguém podia atirar pedras aqui dentro!

O Orador: Não foi isso que o senhor disse daquela tribuna.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu destrincei o PS do Deputado Hernâni Jorge!

O Orador: Tanto foi anónimo o mailing, que o Secretário Coordenador de Ilha do Partido Socialista assumiu e disse que era o responsável.

Do ponto de vista de eventual censura ou aquilo que o senhor quiser chamar, o comportamento fala por si. Ele é que esteve à frente e disse que o mailing tinha sido enviado por ele.

Está-se a passar aqui uma situação muito interessante e muito caricata. É que a única forma que o PSD teve de lidar com o incómodo das declarações do Chefe de Gabinete de Estudos, foi esta.

É triste e lamentável.

Da mesma forma que os senhores exigiam ou pediam um pedido de desculpas, aquilo que o vosso Chefe de Gabinete de Estudos devia ter feito, era pedir desculpa aos picarotos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O assunto está perfeitamente esclarecido.

A tentativa falhada do Sr. Deputado Duarte Freitas – não há qualquer problema de respeito – tentando armar aqui dentro um tribunal de juízo ao comportamento de um partido político, dum dirigente...

Deputado Duarte Freitas (PSD): De um Deputado!

O Orador: Não é Deputado. Não foi nessa qualidade que o mailing foi enviado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O remetente era a Assembleia Legislativa Regional!

O Orador: O problema da Assembleia Legislativa Regional ficou esclarecido na conferência de líderes.

O senhor já tem cópia do recibo.

Para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o assunto está esclarecido.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Têm receio.

O Orador: Não temos receio. Temos é o relatório.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pergunte aos CTT. Vamos ver o relatório dos CTT o que é que vai dizer!

Presidente: Srs. Deputados, como já foi dito aqui, foi pedido um relatório aos CTT sobre os mailings que foram enviados.

Quando o relatório chegar estas coisas serão esclarecidas. É uma questão de aguardarmos algum tempo. Já chegaram alguns elementos, mas não temos ainda elementos suficientes.

Agradeço que tenham dito que eu não tenho nada a ver com isso, porque realmente não tenho.

Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação a esta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP tinha duas atitudes possíveis: ou ficava calado, ou falava.

Nós temos por hábito, mesmo nas questões que possam ser difíceis, assumir posição.

Muito sucintamente, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, gostaria de dizer o seguinte, em relação a esta matéria:

Primeiro: Na conferência de líderes manifestámos a nossa concordância com a oportunidade da atitude do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. Também afirmámos que a carta dirigida ao Sr. Presidente tinha razão de ser.

Segundo: Nós manifestámos concordância com o despacho do Sr. Presidente e com as medidas por ele tomadas.

Terceiro: Aguardamos o resultado dessas medidas e aguardamos informação, que a seu tempo certamente haverá, em relação a esta matéria.

No que respeita à conferência de líderes que foi citada aqui por diversas vezes, esta questão tem que ser colocada.

De facto, há um outro problema. Na nossa óptima há duas questões que se colocam neste debate. A primeira é a atitude política que foi tomada e a outra é a oportunidade, ou não, de certos problemas comportamentais, em política, serem avaliados e discutidos aqui.

Começando pela última questão, o Grupo Parlamentar do PCP pensa que neste plenário todos os assuntos de relevância não só podem como devem ser tratados de acordo com as regras regimentais.

Em relação à primeira questão, eu gostava de manifestar a opinião do Grupo Parlamentar do PCP. Pela nossa parte não achamos que seja politicamente aceitável que um partido político use o recurso de panfletos anónimos para atingir directa ou indirectamente outro partido político.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao assunto aqui trazido, penso que já foi claramente aferida a oportunidade e a validade política. Aliás, foi por aí mesmo que comecei a minha intervenção, por citar situações anteriores, no que se refere a intervenções feitas por cartas anónimas.

Gostaria muito rapidamente, fazendo um parênteses, de dizer que aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tentou fazer, foi misturar duas situações que não têm nada a ver uma com a outra.

Gostaria de repetir que esperamos com calma, mas certamente com alguma curiosidade, pelo relatório que o Sr. Presidente fará distribuir pelos Grupos Parlamentares, porque eu tenho informações credíveis que quando foi depositado o mailing anónimo, foi para ser pago pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foi pela avença, pelo contrato que a Assembleia tem.

Quando eu pedi para ver quem era o remetente estava escrito Assembleia Legislativa Regional dos Açores – Delegação da Ilha do Pico.

Mesmo assim, podia ter havido um erro. O remetente podia ter sido a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, mas podia ter sido pago pessoalmente pela pessoa em causa. Mas não, não foi essa a informação que me deram. Informaram-me, e vamos ter oportunidade de confirmar, que foi pago a posteriori quando o Sr. Deputado foi contactado por um jornal para saber quem é que tinha pago. Foi essa a informação que me deram, mas isso vai ser esclarecido a seu tempo.

Fica no ar uma questão, aquela que temos andado a discutir, que é a correcção ou não de se fazer um mailing anónimo.

Inicialmente na minha intervenção tentei separar bem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Partido Socialista, numa atitude que considerei infeliz. Mas no decurso do debate fiquei sem perceber, por isso gostava de perguntar concretamente ao Sr. Deputado Hernâni Jorge se fazia outra vez a mesma coisa.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, subscreve este mailing? Subscreve esta atitude?

Fico à espera das vossas respostas.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Efectivamente existe um lapso nesse mailing, que é não ter uma referência feita ao autor do mesmo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor teve todos os cuidados, só se esqueceu de assinar!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, o Partido Socialista da Ilha do Pico não teve nenhum pejo em assumir a autoria desse mailing, como não tem nenhum pejo em assumir a autoria daquilo que faz e daquilo que diz.

Essa questão está esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para, gostosamente, dar resposta ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Com a ressalva que foi feita pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, pode crer que a denúncia de situações e de contradições de discursos da parte de partidos da oposição, como é o caso do PSD, entre aquilo que dizem defender e aquilo que altos responsáveis e dirigentes desses partidos dizem, é óbvio que continuará sempre a ser denunciado.

Em relação a isso, Sr. Deputado Duarte Freitas, pode ficar descansado, porque da nossa parte continuaremos a denunciar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi as explicações do Sr. Deputado Hernâni Jorge que nos fizeram rir, com excepção de alguns elementos da bancada do Partido Socialista que ficaram ainda mais embaraçados. Quando não se tem saída e se tenta encontrar um argumento as coisas ficam cada vez mais complicadas.

Quando se tem uma infelicidade destas, as coisas acabam por se complicar ainda mais e acabam por contagiar os seus pares.

Pelo que percebi, quando perguntei se repetia tal atitude, disse-me que tinha havido um lapso, que se tinha esquecido da assinatura.

Com toda a preocupação que o senhor teve, em miniaturizar uma notícia de um jornal, em colocar uma afirmação insidiosa, esqueceu-se de assinar por baixo?

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado!

Mesmo considerando a hipótese de isto não ser totalmente absurdo, de ser só 99% absurdo e do senhor ter 1% de razão, eu fico à espera, na próxima semana, de um mailing do Partido Socialista da Ilha do Pico a pedir desculpa aos picoenses e ao PSD, a justificar por que fez isto.

Presidente: Srs. Deputados, creio que o assunto está debatido.

Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, permitam-me aproveitar esta oportunidade para agradecer na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia a forma calorosa como fui aqui recebido ontem, que foi bem além da mera dignidade e formalidade institucional. Aproveito para saudar o Sr. Presidente e as Sras. e Srs. Deputados, transmitindo a minha mais elevada

consideração pelo trabalho efectuado em prol dos açorianos que aqui representam. A democracia representativa tem a sua expressão máxima no Parlamento e é com a dedicação e trabalho dos representantes que se podem concretizar as legítimas aspirações, de progresso económico e social, daqueles que os deputados desta Assembleia têm por incumbência representar.

É com muita honra que encaro esta oportunidade de representar o Povo dos Açores nesta nobre Assembleia. Mas é também com muita humildade, pois tenho a plena consciência que, por muita vontade e capacidade que a nossa sociedade tenha para construir o seu futuro e para impulsionar o desenvolvimento harmónico dos Açores, numa Região com as condicionantes da nossa, esses propósitos só são possíveis se as políticas e opções públicas assim concorrerem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que hoje em dia ninguém negará que os constrangimentos ao bom funcionamento do mercado concorrencial – ao nível da competitividade, ao nível da capacidade empresarial, ao nível das acessibilidades, entre outras – são o maior entrave ao desenvolvimento económico e social da Região.

Sem a geração de riqueza do sector privado não é possível sustentar uma justa e necessária política de redistribuição de rendimentos; não é possível a criação de empregos; não é possível alcançar-se o tão desejado desenvolvimento económico e social. Compete aos órgãos de governo próprio dos Açores criarem condições favoráveis ao desenvolvimento de mercados concorrenciais, tendo em conta os constrangimentos estruturais inerentes à nossa Região. Compete aos órgãos da Região criarem as condições para que o sector empresarial regional possa progredir num contexto de cada vez maior e mais vasta concorrência.

A modernização dos sectores comercial, industrial e de serviços, daquelas pequenas e micro empresas, que nos Açores constituem a regra e não a excepção, é um imperativo para a sustentabilidade do desenvolvimento harmónico regional. Daí resulta a importância das políticas conducentes à criação de condições favoráveis ao fomento e consolidação dessas empresas, não só pela geração de riqueza, sobretudo à escala local e regional, mas também pela criação de emprego e pelo estímulo económico e sinergias resultantes.

O fomento das empresas exige a maior estabilidade e o máximo de certezas possíveis. Os mercados, cada vez mais globais, são, por natureza, incertos. A actividade empresarial envolve vários riscos e incertezas intrínsecas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O que não é aceitável é que as políticas económicas, supostamente de fomento à actividade empresarial, constituam um foco de instabilidade e de incerteza.

Os sistemas de incentivos e estímulos regionais à actividade empresarial são um foco de instabilidade e incerteza para a economia. No âmbito do SIRAA, do II Quadro de Comunitário, sistema encerrado em 1999, ainda há muitos projectos contratados e por pagar em 2003. Quer isto dizer que passados três anos sobre o fim do encerramento desse sistema de incentivos, ainda há questões por regularizar.

Em relação ao SIDER, programa do III Quadro Comunitário, e que já arrancou tarde, apenas foi aberta uma única fase de aceitação de candidaturas desde 2001, quando a expectativa gerada era de mais que uma fase por ano e por ora, nem isso.

No caso do SIDEL, este subsistema está claramente sub-orçamentado. A dotação orçamental apenas chegará para cerca de 20% do valor das candidaturas apresentadas. O que acontecerá às restantes candidaturas? Serão todas excluídas? Transitarão para uma próxima fase de candidaturas, se e quando esta segunda fase for aberta? E ao transitarem para uma hipotética segunda fase, concorrerão com as novas candidaturas, para uma dotação orçamental igualmente insuficiente? Não se percebe porque é que, estando já anunciada uma segunda fase para o SIDET, ainda não esteja prevista uma nova fase para o SIDEL.

A falta de dotação orçamental é conflagradora. Afinal, qual a credibilidade deste subsistema, se está longe de responder à dinâmica empresarial revelada pelas candidaturas? Qual credibilidade de incentivos que visam a necessária modernização do nosso tecido económico, se as dotações não chegam nem para meia missa? Seria preferível restringir mais as condições de acesso, do que estar a gerar falsas expectativas aos promotores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estas ambiguidades prejudicam objectivamente a actividade económica. Algumas empresas adiam investimentos, à espera de uma possível segunda fase, que teima em tardar. Outras, aguardam decisões em relação às candidaturas apresentadas. Seja como for, os investimentos são adiados. E a Região só perde com isso.

Felizmente, em relação ao SIDET, a situação é melhor, estando já anunciada a segunda fase de candidaturas. Contudo, a vasta abrangência de promotores faz-nos crer que a dotação orçamental poderá ser insuficiente. E seria lamentável se ocorresse neste subsistema uma situação de incerteza semelhante à que ocorre no âmbito do SIDEL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É insustentável que, numa Região que é a mais pobre da Europa, os sinais do Governo Regional para as empresas sejam contraditórios. É insustentável que se criem expectativas que depois são goradas. Não é aceitável que se diga às empresas para seguirem um caminho, que, na prática, acaba por estar bloqueado. O Governo Regional não pode continuar a encarar a actividade empresarial como um problema, mas sim como uma solução. Como a solução para a criação de emprego. Como a solução para a criação de riqueza. Como a solução privilegiada para se atingir o almejado desenvolvimento económico e social harmónico da Região.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar o Sr. Deputado Melo Alves pela sua primeira intervenção nesta Casa.

Em segundo lugar, para proceder a um esclarecimento de ordem técnica ao Sr. Deputado.

O Sr. Deputado afirmou naquela tribuna que os programas de incentivos estão sub-orçamentados e que isso cria incerteza nas empresas.

Em primeiro lugar, os programas de incentivos são criados com um envelope financeiro fechado, à partida. Ou seja, no início de qualquer Quadro Comunitário, a

Região negocia um envelope financeiro que é fechado. Sabe-se, à partida, até porque esse programa é publicado, quanto dinheiro é que existe de fundos comunitários.

Dizer que um programa está sub-orçamentado, porque existe uma apetência muito grande por esse programa, porque é o que descreveu, é uma incorrecção.

O Sr. Deputado devia ter dito que, face às regras que existem neste momento, existe uma grande apetência dos empresários para o programa tal qual ele existe, o que em si pode-nos levar a levantar uma outra hipótese que não aquela que levantou, isto é, esse programa é não só atractivo, mas existe uma grande vitalidade do tecido económico e não uma situação de incerteza. Essa situação de incerteza também não existe porque não só o envelope financeiro é conhecido à partida, mas porque as regras desse sistema estão publicadas e são conhecidas.

Pelos argumentos aqui apresentados não existe nem incerteza nem suborçamentação. Aliás, este é um facto positivo dos actuais sistemas de incentivos.

Recordo aqui relatórios do Tribunal de Contas sobre sistemas de incentivos ou apoios à actividade no passado, que criticavam anteriores governos, exactamente porque não haviam regras conhecidas. Isso era um factor de incerteza para além desse ponto vista também ser...

Deputado Humberto Melo (PSD): Não estamos a falar do passado.

O Orador: Se o Sr. Deputado quiser falar...

Deputado Humberto Melo (PSD): Isso é do presente. São 18 milhões de contos por ano.

O Orador: ...faça favor de se levantar. Inscreva-se e aponte os casos actuais.

Deputado Humberto Melo (PSD): Eu posso fazer os apartes que quiser.

O Orador: O Sr. Deputado tem todo o direito de fazer apartes, mas eu tenho muito gosto e honra em debater com o senhor.

Presidente: Se querem debater em apartes, convido-os a ir ao bar. Aqui dentro têm de debater de outra forma.

O Orador: Sr. Presidente, eu não estou a fazer apartes. Eu inscrevi-me para debater um assunto, no seguimento de uma digna intervenção do Sr. Deputado Melo Alves, que tenho muito gosto em debater.

Se o Sr. Deputado Humberto Melo quer juntar-se, faça o favor. Só dignifica o debate.

Presidente: Sr. Deputado, aproveito para dizer que o seu tempo esgotou.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho muito gosto em continuar esta intervenção em próxima oportunidade.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta intervenção não pretendi discutir os pormenores e os detalhes técnicos.

Simplesmente há aqui uma coisa que me parece grave do ponto de vista de uma actividade económica empresarial que, como referiu, e bem, tem revelado uma dinâmica e uma grande capacidade de adesão a estes programas de incentivos e ainda bem que assim é.

Também revela, por outro lado, uma face oposta a esse aspecto, é que há uma grande necessidade de modernização, de empenho e de investimento nestas empresas.

Ainda bem que existem estes programas que permitem às empresas aceder a essas melhores condições.

A questão essencial que destaco neste debate é que, face às regras de acesso, existe e cria-se uma expectativa legítima no seio das actividades empresariais que podem aceder a determinadas condições, que podem ter determinados apoios.

É perante a não concretização dessa expectativa, que no caso do SIDEL atingirá 80% das empresas, que se levantam questões de incerteza, de adiamento de alguns projectos, de alguma instabilidade no seio da actividade económica. É esse aspecto que gostaria de deixar neste momento em relação à intervenção que proferi.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para continuar este debate, porque penso que é útil, uma vez que permite esclarecer algumas ideias que penso que são incorrectas.

Quando existe um programa, qualquer que ele seja, que à partida sabemos que ele tem um determinado envelope financeiro, que também é conhecido, porque está

estabelecido no PRODESA, quando alguém se candidata, inevitavelmente esse apoio será concedido.

Isso não é verdade, nem pode ser alimentada essa expectativa, porque se o envelope financeiro é fechado, é evidente que alguns ficarão de fora.

Desse ponto de vista, alimentar a expectativa de que todos terão direito àqueles incentivos é que é criar uma situação de incerteza e de má informação que leva a decisões erradas.

O que deve ser dito a bem do correcto funcionamento da economia, é que há um envelope financeiro fixo, há regras que são públicas, que foram aprovadas e que estão publicadas, e os processos serão avaliados de acordo com essas regras que são conhecidas por todos, mas que inevitavelmente uns serão seleccionados e lhes serão atribuídos esses incentivos, outros não.

É bom que haja ao nível público uma cultura de exigência na aplicação desses incentivos aos privados.

Nem todos serão seleccionados para terem direito a esses incentivos.

O Estado não tem a obrigação – penso que isso até seria contrário à filosofia política do partido que V. Exa. defende – de apoiar todos os projectos de investimento privado.

Deputado Humberto Melo (PSD): Não. É preciso é pagar quando aprovado!

O Orador: O Sr. Deputado gosta de intervir sentado. Continue a poupar as suas pernas que chegará longe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de manifestar aqui a minha concordância com o Sr. Deputado Fernando Lopes, quando refere a cultura de exigência. É óbvio que esses programas de investimentos não devem servir para preencher e para distribuir dinheiro por tudo, por todas e quaisquer empresas, sobretudo aquelas que não demonstraram no passado e continuam a não demonstrar capacidade e viabilidade própria.

A questão que se coloca aqui, analisando de outra forma, tem a ver com a expectativa, mas não é aquela expectativa que o Sr. Deputado referiu, de que todos os que concorrem pensam que têm direito ao apoio.

É evidente que não, porque há um conjunto de regras, claramente definidas, e é com esse conjunto de regras feitas depois da execução do SIRAA, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, que permite ao Governo Regional e às entidades que decidem isso, terem um quadro de execução, de candidaturas, de informação que permitirá, por sua vez, criar nos regulamentos do SIDER a forma mais adequada de filtrar, à partida, as condições de acessibilidade, ou as condições de atribuição dos incentivos, fechando um bocadinho a malha e não criando esta falsa e empolada expectativa que se criou.

De facto, nos regulamentos as coisas parecem mais simples do que são e cria-se uma expectativa que depois não é confirmada.

Este aspecto tem que mudar e inclusive seria útil se o Governo Regional perdesse algum tempo com a revisão dos próprios regulamentos.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cada vez mais se torna necessário afirmar e reafirmar da necessidade da Região desenvolver-se de modo equilibrado e harmónico, tendo em conta que as ilhas mais pequenas e afastadas têm o mesmo direito ao desenvolvimento que as ilhas maiores, com uma economia muito mais sustentada que as ilhas pequenas, cuja economia enferma de muitas e diversas debilidades. Também facilmente se compreende que as decisões tomadas pela administração da Região são fundamentais para que esse desenvolvimento equilibrado seja efectivo. Por isso mesmo, e como eleito por uma ilha pequena e das mais afastadas, cumpre-me referir, e na minha perspectiva, alguns aspectos que considero fundamentais para que a Ilha das Flores continue a poder encarar o futuro numa perspectiva de se desenvolver em equidade com as restantes Ilhas desta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Ilha das Flores as estradas estão em péssimas condições e não temos perspectivas de, na vigência do actual Governo Regional, haver esperanças de podermos circular naquela Ilha como se circula em São Jorge, São Miguel ou Terceira; ou seja, nas Flores perderam-se as esperanças de, a curto prazo, as vias de comunicação terrestre serem melhoradas de modo a se poder circular com normalidade; por diversas vezes temos vindo a denunciar esta situação e nas Flores os problemas referentes às estradas têm preocupado toda a população, por isso, os florentinos correm o risco de deixarem esquecer muitos outros aspectos fundamentais para o desenvolvimento da Ilha, porque todos os dias vivem com as estradas em péssimas condições. Por isso mesmo, entendemos ter o dever e o direito de chamar a atenção deste Parlamento e do Governo Regional em particular e dum modo geral da sociedade açoriana, para outros aspectos fundamentais para a Ilha das Flores e com os quais o actual Governo Regional e o anterior já assumiram compromissos com a população da Ilha e que até agora ainda não cumpriram minimamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Inverno de 2001 – 2002 fortes tempestades que fustigaram o Porto das Flores provocaram-lhe estragos consideráveis; a sua protecção ficou danificada com tetrápodes partidos e os próprios blocos do porto foram atingidos, deixando a estrutura do porto muito vulnerável.

Em finais do passado Verão o Governo Regional anunciou que ia abrir concurso para reabilitação do porto das Flores, mas a partir daí nada se sabe sobre o futuro daquela infraestrutura; estamos na Primavera, aproxima-se rapidamente a melhor época para que se possam realizar obras marítimas, mas receamos bem que a recuperação do Porto das Flores continue por fazer, como continua por fazer o Porto de Recreio das Lajes, cujo ante-projecto o VII Governo Regional apresentou há 4 anos, mas que continua tão somente feito no papel; como continuam por fazer as instalações para o Clube Naval, anexo ao Porto, prometido pelo Governo Regional em 2001, altura em que também apresentou o ante-projecto, mas que também continua tão somente no papel. Quanto a obras de reabilitação do Porto das Flores, obras do Porto de Recreio e obras para instalação do Clube Naval, nada está feito. Seria altura do Governo Regional pensar seriamente em cumprir os compromissos que assumiu nas Flores com

os florentinos e isso passa, no mínimo, pelo início das obras de reabilitação do Porto das Flores.

Lembramos, uma vez mais, que o adiamento do início das obras do porto pode provocar uma situação de ruptura muito grave no normal abastecimento e na economia da Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois anos o Governo Regional reconheceu a necessidade da ampliação da aerogare do aeroporto das Flores; o ano passado o Governo Regional voltou a reconhecer essa necessidade e apresentou mesmo um ante-projecto de aerogare mais ambicioso do que aquilo que tinha falado no ano anterior, mas considerando essa ampliação absolutamente necessária em função do actual tráfego existente naquele aeroporto. Acontece que neste momento a aerogare das Flores não tem as condições mínimas exigidas em função do movimento que o aeroporto tem presentemente; bastará lembrar que numa mesma sala se faz o despacho de embarque, se recebe a bagagem dos passageiros chegados e que também serve de sala de espera, aberta ao público. Acontece que em relação à ampliação da aerogare ainda não há obra e receamos bem que se continue a reconhecer a necessidade de ampliação da aerogare das Flores, mas à espera de obra que não se inicia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que o desenvolvimento das ilhas pequenas seja efectivo é fundamental que o investimento público programado seja efectivamente executado.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe-nos um conjunto de preocupações relativamente ao círculo eleitoral que nos é comum, que eu não só registo como pertinentes como até agradeço, porque dá oportunidade de esclarecer aquelas que são as dúvidas manifestadas.

Dividia a questão em dois planos, considerando aquelas que são as questões com carácter de urgência que salientou e deixando, num segundo plano, a questão que tem a ver com o Porto de Recreio e com o Clube Naval.

Relativamente às estradas, o Sr. Deputado estava nesta Casa quando foi aprovado o Plano para 2003 e a Reprogramação Financeira. Portanto, sabe que em função da Reprogramação Financeira, a grande intervenção na rede viária das Flores está prevista ter início no ano de 2004. Cá estaremos certamente para fazer com que assim seja.

Nessa oportunidade, por proposta do Grupo Parlamentar do PS, foi introduzido um reforço de verba de 450 mil euros, no que se refere à rede viária das Flores. Daquilo que são os ecos de uma recente reunião entre o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e uma Delegação do Conselho de Ilha das Flores, tudo indica que brevemente esse reforço de verba começará a ser aplicado na reabilitação da rede viária das Flores.

Relativamente ao porto das Flores e à sua reabilitação, permita-me que dê conta que esta obra já está adjudicada e as obras de mar irão iniciar-se na época propícia para esse tipo de intervenção, provavelmente no mês de Maio ou Junho.

Não vou citar aqui o nome da empresa por razões de publicidade, mas é a mesma que anteriormente efectuou obras no porto das Lajes.

Também posso dizer-lhe que para além da intervenção de protecção do contra molhe, será feito um prolongamento de cais. Estes trabalhos apontam para cerca de 2 milhões de contos que não estavam previstos, porque tratou-se de uma calamidade e de repor uma situação que não se podia prever em termos de plano, que condiciona o avanço de obras como as que estão previstas e que este Governo e este partido pretendem realizar, no que se refere ao Porto de Recreio e às instalações de Clube Naval.

Em relação à aerogare, ela não é uma promessa. Neste momento, é um facto.

O concurso para ela foi lançado através da empresa pública que a gere, a SATA, e provavelmente as obras serão realidade até ao início deste Verão.

Quanto às questões que levantou e outras que nos preocupam, era aquilo que se mostrava oportuno dizer neste momento.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso plano de actuação que depende do que está orçamentado no Plano da Região para 2003/2004, está em marcha.

Há pouco, numa reunião com a Comissão de Utentes das Estradas das Flores, tivemos oportunidade de dar nota do que está previsto.

Já fizemos a primeira consulta a uma firma local para a utilização dessa verba e pedimos mesmo a opinião dessa comissão sobre que troços a intervencionar em primeiro lugar. A comissão tem como opinião que devia ser o troço para a Fajã Grande.

Já tivemos a estudar esta matéria para aplicar a verba que está prevista no Plano para este ano, numa primeira intervenção.

No próximo ano contamos continuar a reforçar essa intervenção, porque, como já dissemos aqui, admitimos que a Ilha das Flores merece e precisa de uma atenção reforçada, mas perante o que está orçamentado no Plano para 2003/2004, garanto-lhe que é isso que nós vamos executar.

Estamos no bom caminho para dizer que essas obras vão começar este ano e vão ser reforçadas no próximo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para mostrar o meu agrado com as informações dadas tanto pelo Sr. Deputado Herberto Rosa como pelo Sr. Secretário Regional.

De qualquer modo gostaria de fazer dois ou três comentários.

Sr. Deputado Herberto Rosa, ficamos a aguardar. Se as obras tiverem início em Junho, como afirmou, havemos de nos regozijar com isso, mas se não começarem, cá estarei novamente para lembrar as afirmações que aqui deixou.

Neste momento, aguardo serenamente e vou acreditar que, tanto no porto como na aerogare das Flores, essas obras, que todos nós reconhecemos como fundamentais, que se iniciem.

Em relação às estradas, Sr. Secretário, eu conheço aquilo que aqui foi aprovado, como também reconheço que compromissos anteriormente assumidos por V. Exa. no passado, não foram tidos em devida conta na reprogramação financeira existente.

As estradas das Flores continuam em muitas más condições.

Se alguma razão de ser tem esta intervenção, é no sentido de chamar a atenção para a necessidade de se começar já a executar o dinheiro que está programado, para não chegarmos ao fim deste ano e não se executar o dinheiro.

O ano passado havia dinheiro orçamentado que não foi executado.

Apesar de termos pouco dinheiro para a Ilha das Flores, o fundamental é que V. Exa. nos garanta que esse dinheiro no dia 31 de Dezembro estará efectivamente executado nas Flores.

Já agora, a talho de foice e como vem a propósito, gostaria de lembrar e chamar a atenção para um outro aspecto. O senhor reconhece o estado das estradas. Todos sabemos que temos a obrigação de anualmente apresentar as nossas viaturas para inspecção.

Na altura das calamidades foi tido em atenção alguns aspectos que têm a ver não com a segurança de terceiros ou do próprio, mas com determinados aspectos que não são fundamentais para as viaturas. Nessa altura foi possível que esses aspectos fossem tidos em conta nas inspecções existentes nas Flores.

Neste momento estão a ocorrer as inspecções aos veículos das Flores e aquilo que me dizem é que as exigências que se estão a ter, são totalmente incompatíveis com o estado das estradas.

Quando, por exemplo, se nega a inspecção de uma viatura porque existe um risco num pára-brisas ou porque existe um aspecto deficiente num vidro ou no pára-lamas, é evidente que não se está a ter em conta os graves problemas que nós temos com as estradas.

Quando se manda substituir amortecedores porque eles não estão em condições, todos sabem que nas Flores colocamos um amortecedor hoje e se dermos uma volta à ilha, temos que colocar novo amortecedor, porque o que tínhamos posto anteriormente não tem condições para continuar.

Sr. Secretário, este é mais um aspecto que não referi na intervenção, mas apelo ao Governo Regional para ter em conta, em relação à inspecção periódica de viaturas, o estado das estradas e que tente conciliar a necessidade das inspecções e a necessidade de podermos ter uma circulação com segurança com o estado das estradas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sem prejuízo de não se poder condicionar nem limitar a questão da segurança, porque não seria desejável, nem sequer minimamente aceitável que se pudesse impor à inspecção de automóveis a minimização dos patamares de segurança perante as inspecções, reconhecendo que há um problema que está intimamente associado a essa inspecção, fizemos anteriormente uma redução de 20% nas taxas a pagar pelas inspecções a cada um dos proprietários das viaturas e este ano fizemos a mesma redução para 50%.

Isto significa a nossa atenção, a nossa tolerância e adequação à questão das inspecções versus custo dessas inspecções e também ao estado das estradas regionais, sem prejuízo de nós não podermos nem devermos aceitar diminuir os patamares de segurança mais do que os patamares de exigência de cada uma dessas inspecções.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.**

Membros do Governo:

Pela Resolução nº 216/97, de 13 de Novembro, foi criado o Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ). Este Programa visou promover a qualificação de jovens e a sua inserção no mundo do trabalho, através de currículos e estratégias pedagógicas que conciliassem, por um lado, as necessidades de formação com os interesses e aptidões dos jovens e, por outro, as necessidades da comunidade no que diz respeito aos recursos humanos para ingresso na vida activa.

Pretendeu-se pôr ao dispor das escolas do ensino regular ou não regular, uma alternativa de formação que aproximasse o jovem a escola e a comunidade.

O PROFIJ baseia-se num sistema de formação que alterna momentos de formação sócio-cultural e de formação científico-tecnológica num estabelecimento de ensino, com momentos de formação, em desempenho, numa situação real de trabalho.

O Programa é constituído pela Vertente Aprendizagem e pela Vertente Qualificação.

A Vertente Aprendizagem destina-se aos jovens com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 21, que desejem enveredar pela via profissional. Esta vertente confere, obrigatoriamente, a equivalência a um determinado grau de escolaridade, consoante a situação escolar inicial do jovem e, também, um Certificado de Aptidão Profissional, correspondente a um nível de qualificação, I, II ou III, de acordo com a classificação da (UE). A estrutura curricular dos cursos tem por referência os planos curriculares dos cursos de aprendizagem aprovados pela Comissão Nacional de Aprendizagem e adaptados à Região.

Os cursos de NÍVEL I, correspondem a uma pré-qualificação para o exercício de uma actividade. Esta actividade respeita a um trabalho relativamente simples, que envolve conhecimentos técnicos e capacidades limitadas, exigem como habilitação mínima o 1º Ciclo do Ensino Básico, dão equivalência ao 2º Ciclo e têm a durabilidade de 1 a 2 anos.

Os cursos de NÍVEL II correspondem a uma qualificação completa para o exercício de uma actividade, com a capacidade de utilizar os instrumentos e técnicas com ela relacionados, exigem como habilitação mínima o 2º Ciclo do Ensino Básico, dão equivalência ao 3º Ciclo ou a Capitalização de Módulos do Ensino Secundário e têm a durabilidade de 3 a 4 anos.

Os cursos de NÍVEL III correspondem a uma qualificação completa para o exercício de uma actividade, incluindo o desenvolvimento de capacidades que permitam funções de coordenação, exigem como habilitação mínima o 3º Ciclo, dão equivalência ao Ensino Secundário e têm a durabilidade de 3 a 4 anos.

A Vertente Qualificação que se destina aos jovens com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 e que, possuindo o 9º ano de escolaridade não pretendam continuar os estudos, mas sim, obter uma formação que lhes permita desempenhar uma profissão. Esta vertente não visa dar equivalência a qualquer grau de ensino.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No seguimento da criação do PROFIJ, cerca de 23 escolas básicas e/ou secundárias, no âmbito da respectiva autonomia pedagógica, e em colaboração com a Direcção Regional do Emprego, organizaram cursos de formação profissional, no âmbito daquele Programa, com o duplo objectivo de assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e de proporcionar aos jovens que tenham ou não concluído a escolaridade básica, o acesso a uma formação profissional qualificante. No desenvolvimento e organização dos cursos, foi tido em conta: os interesses e necessidades dos alunos; as disponibilidades de recursos humanos; as características do contexto local, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de ingresso na vida activa, e, ainda, os pareceres dos parceiros sociais locais, nomeadamente as associações profissionais, empresariais e autarquias.

Assim, a partir do ano lectivo de 1998/1999, foram organizados, dez (10) cursos do Nível I, quarenta e sete (47) de Nível II, nove (9) do Nível III, e seis (6) na vertente Qualificação, num total de setenta e dois (72), em várias áreas: Madeira e Mobiliário; Produção Agrícola e Animal; Electricidade e Energia; Hotelaria e Restauração; Audiovisuais e Produção dos Media; Serviços ao Domicílio; Reparação de Veículos a Motor; Metalurgia e Metalomecânica; Pescas; Vitivinicultura; Floricultura e Jardinagem; Protecção do Ambiente; Estética; Gestão e Administração; Comércio; Informática; Seguros; e Turismo.

Destes cursos, já foram concluídos 10 do Nível I, 34 do Nível II, 5 do Nível III e 4 da vertente qualificação, os restantes estão, ainda, em desenvolvimento.

A maior parte dos inscritos nos cursos de Nível I e II, têm entre 15 e 17 anos e possuem o 5º ou 6º ano de escolaridade e os inscritos no Nível III e Qualificação, têm entre 15 e 19 anos e possuem o 9º ano de escolaridade.

O número de jovens que já concluiu os vários cursos é 275, e, encontram-se, ainda, em formação cerca de 359.

A percentagem de sucesso escolar é de 55,9%, 54,0%, 59,5% e 90,7%, respectivamente, nos Níveis I, II, III e Qualificação.

A taxa de Empregabilidade dos que vão concluindo este tipo de formação profissional, é próxima dos 100%.

Tendo em conta o número total de jovens envolvidos neste tipo de formação, (cerca de 634), a percentagem de sucesso escolar nos vários níveis e a taxa de Empregabilidade, somos levados a concluir que este tipo de formação constitui um bom recurso, de que as escolas se podem socorrer para melhorarem os seus resultados no que diz respeito ao sucesso escolar dos seus alunos e à inserção destes no mundo do trabalho.

Convém, também, referir que o funcionamento destes cursos, nas escolas, promove a ligação da escola à comunidade envolvente, proporciona, a troca de experiências entre os professores do ensino regular e os formadores ligados às empresas, conduzindo a uma maior complementaridade entre o conhecimento predominantemente teórico e o conhecimento resultante da prática, em contexto de trabalho. Esta troca, produz um ensino com maior ligação ao “saber fazer”, como convém à formação dirigida ao ingresso no mundo do trabalho.

Podem, ainda, as escolas, utilizar o financiamento do Programa (85% do FSE e 15% do orçamento regional), para adquirirem determinados equipamentos que podem ser postos ao serviço de toda a comunidade educativa, e que, sem esse financiamento, não teriam possibilidades de os obter.

O que tem vindo a ser referido, leva-nos a considerar como muito positiva a criação do PROFIJ.

É de realçar a vontade e a capacidade da tutela (DRE e DRJEFP), ao apostar na descentralização da formação profissional, levando-a a quase todas as ilhas, numa intenção deliberada de qualificar localmente os recursos humanos, ajudando à fixação

dos mesmos, nos seus locais de residência. Ao mesmo tempo promoveu sinergias positivas entre a educação formal e a não formal.

O interesse e empenhamento das escolas ao aderirem ao Programa, o das empresas ao acolherem os formandos e a colaboração de outros parceiros sociais, como sejam, as autarquias, tem sido fundamental para o êxito desta formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continua a ser um desafio para a política educativa do VIII Governo Regional, conseguir diminuir, significativamente, o número de jovens que abandonam a escola, sem possuírem os conhecimentos mínimos necessários à sua plena integração na sociedade. É uma batalha que tem que ser vencida a curto prazo, pois a verdadeira riqueza de uma sociedade está na qualificação dos seus recursos humanos. Sem recursos humanos aptos, não existe desenvolvimento sustentado.

Nos Açores, é, ainda grande, o número de jovens que abandona a escola sem obter a escolaridade básica obrigatória. É uma realidade que o Governo Regional, através da tutela da educação, quer ajudar a alterar.

Assim, a SREC considera de grande pertinência equacionar, no âmbito do PROFIJ, uma nova proposta de regulamentação para os cursos de Nível I e II, procedendo à adaptação do Despacho conjunto n.º 279/2002, de 15 de Março e da Portaria n.º 433/200,2 de 19 de Abril.

O objectivo é promover uma oferta educativa e formativa junto dos jovens, entre os 15 e os 18 anos de idade, que se encontrem em risco de abandono sem concluírem o 9º ano de escolaridade, proporcionando-lhes uma formação profissional qualificante de Nível I ou Nível II e a titularidade dos 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico.

Desta forma, a partir do próximo ano lectivo, as escolas básicas e/ou secundárias, as profissionais ou outras entidades formadoras acreditadas, poderão desenvolver estes novos cursos que assentam em três percursos-tipo, estabelecidos em função da escolaridade e dos perfis de saída identificados.

Percurso Tipo 1: Destina-se aos jovens com habilitação igual ou inferior ao 1º.ciclo do Ensino Básico, tem a duração mínima de 990 horas, confere equivalência ao 2º.ciclo e certificado de qualificação de nível I;

Percurso Tipo 2: Destina-se aos jovens com habilitação igual ou superior ao 2º.ciclo e inferior ao 3º.ciclo, tem a duração mínima de 2270 horas, confere equivalência ao 3º. Ciclo e certificado de qualificação de nível II;

Percurso Tipo 3: Destina-se aos jovens que tenham concluído ou frequentado sem aproveitamento o 9º ano de escolaridade, tem a duração mínima de 1360 horas, confere equivalência ao 3ºciclo e certificado de qualificação de nível III.

É também criada uma oferta formativa de nível III que se destina aos jovens entre os 15 e 18 anos que tenham concluído o III ciclo e que desejem obter qualificação profissional e equivalência ao ensino secundário.

A escolha dos cursos, por cada escola, deve ter em conta os destinatários, a capacidade técnica em termos de recursos humanos e materiais, bem como as reais necessidades de formação, identificadas na Região, em articulação com as agências para a qualificação e o emprego, os parceiros locais, as empresas e as autarquias.

O acesso dos candidatos aos cursos deve ter por base um processo de orientação profissional a desenvolver pelos serviços de psicologia e orientação dos estabelecimentos de ensino.

Esta nova regulamentação é mais adequada às necessidades de formação entretanto identificadas. Por outro lado, permite uma maior flexibilização dos currículos, dado que a delimitação e o correspondente grau de aprofundamento a aplicar a cada conteúdo programático, é realizada pela equipa formativa, em função dos perfis de entrada dos formados de cada grupo e das evoluções dos respectivos processos de aprendizagem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Governar é planear, é adaptar, é decidir, é fazer.

O desempenho dos governos é avaliado na relação directa do que fazem e/ou promovem, no sentido de irem ao encontro das necessidades e anseios de quem os elegeram, e que estão, sempre, ligados à melhoria das suas condições de vida.

Assim, os VII e VIII Governos Regionais dos Açores, têm tido e continuarão a ter uma avaliação positiva, dado que, têm trabalhado para melhorar a qualidade de vida dos açorianos desde Santa Maria ao Corvo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de pedir um esclarecimento gostaria de realçar a matéria que a Sra. Deputada trouxe aqui. Reconheço que é um programa importantíssimo para a educação e ensino da Região Autónoma dos Açores. Este programa tem sido um meio de manter no sistema educativo jovens que de outra maneira não se manteriam.

A Sra. Deputada referiu a intenção de se fazer nova regulamentação. Concordamos que depois da experiência que foi feita isso possa ser necessário. No entanto, preocupa-me um aspecto, que é verificar – como todos sabem sigo com mais actualidade aquilo que se passa na minha ilha – que na Ilha das Flores, desde que apareceu o PROFIJ, tem havido todos os anos cursos, mas segundo consta este ano não há.

Penso que era necessário e importante que a Secretaria Regional incentivasse todas as escolas que, através do PROFIJ, mantivessem no sistema escolar muitos jovens que, infelizmente, hoje, continuam a abandoná-lo.

Estamos convencidos que essa é uma maneira de prepará-los para a sua própria vida futura e para mantê-los naquele sistema, enquanto eles têm idade para se manter.

Por isso mesmo, pergunto ao Sr. Secretário Regional quantas escolas, a nível da nossa Região, continuam hoje com cursos de PROFIJ dos diversos ciclos ou equiparados aos diversos ciclos?

Será ou não possível incentivar ainda mais o desenvolvimento de cursos de PROFIJ em toda a nossa Região? Efectivamente eles são da máxima importância.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação à sua primeira questão, gostaria de lhe dizer que nós, neste ano lectivo, temos um pouco menos de 50% das escolas, das unidades orgânicas da Região, a oferecer cursos do PROFIJ.

Foi constatando essa realidade e a dificuldade de algumas escolas, particularmente nas ilhas menos populosas, como é o caso da Ilha das Flores, que nos levou a alterar o regulamento do PORFIJ.

Essas alterações deram-se ao nível da idade mínima de admissão. A partir do próximo mês de Setembro, passa a ser 14 anos em vez dos 15, o que permite compatibilizar este programa com o Programa Oportunidade. Quando terminavam o Programa Oportunidade, não podiam integrar o PROFIJ, havendo ali um ano que servia como factor de desmotivação dos alunos.

Por outro lado, deu-se a possibilidade de criar turmas multi-profissões. Porquê? Porque na nova oportunidade do PROFIJ, toda a componente sócio-cultural e técnico científica é comum. Apenas a formação profissional – em vez de ser intercalada, é feita em módulos separados – é que passa a ser diferente em relação às profissões. Assim, podemos ter uma turma com 1 electricista, 1 mecânico, 2 carpinteiros.

Isso foi criado exactamente pensando no caso das Flores, em que o principal obstáculo ao arranque do PROFIJ era a não existência de um número de candidatos que permitisse o funcionamento do curso.

Por esta via estou convencido que vamos poder alargar substancialmente o número de escolas que vão oferecer o PROFIJ.

Por outro lado, ao criar-se agora três cursos formativos, em vez dos dois tipos que tínhamos, vem-se criar a possibilidade daqueles alunos que estão no 9º ano, mas que não o concluíram, porque têm uma, duas ou três disciplinas que não conseguiram fazer, possam, sem ter que voltar ao 7º ano de escolaridade, fazer num ano só o 9º ano, ficando assim com a sua profissionalização.

Um dos grandes obstáculos que se colocava, era o caso dos alunos que já se encontravam numa fase avançada do 3º ciclo e não queriam ingressar no PROFIJ, porque isso implicaria regressarem ao 7º ano de escolaridade.

Com esta nova modalidade isso não é necessário. Os alunos ingressam directamente e apenas num ano completam o seu 3º ciclo e fazem a sua profissionalização. Isto tornará com certeza muito mais atractivo a entrada para o PROFIJ e facilita a maneira como a escola se organiza.

Outro aspecto que causava um sério problema e constrangimento às escolas era a complexidade democrática da elaboração das candidaturas e do acompanhamento do PROFIJ.

Para resolver esse problema tentou-se criar um modelo único de candidatura, que será apoiado pela Direcção Regional de Juventude, Emprego e Formação Profissional, que vem facilitar e desaparece essa desculpa das escolas que não se candidatavam, porque era muito difícil fazê-lo.

Nesta altura, apenas basta manifestar a intenção de criar este ou aquele curso, o que é feito em função do número de alunos que se inscrevam e depois nós trataremos de resolver o problema das candidaturas ao Fundo Social Europeu.

Ao mesmo tempo, criou-se também a possibilidade das escolas fazerem os cursos sem candidatura ao Fundo Social Europeu, usando o seu orçamento corrente para isso, através do respectivo fundo escolar.

Estão criadas condições para que a partir do próximo ano o funcionamento do PROFIJ seja bastante mais fácil do ponto de vista das escolas, mais atractivo do ponto de vista dos alunos e espero que por essa via seja possível aumentar substancialmente, quer o número de escolas que oferecem os cursos, quer o número de alunos que os frequentam.

O novo Regulamento do PROFIJ já foi enviado para publicação. Provavelmente será publicada nesta quinta-feira ou na quinta-feira imediata.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta directa e muito rápida.

Uma das preocupações existentes era o número de alunos exigidos, salvo erro eram 12.

O Sr. Secretário fala em turmas multi-profissões. Será um passo. No entanto, em relação às ilhas pequenas, não será possível diminuir o número exigido no sentido de, no caso de só ser constituída uma turma, poder vingar o curso?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Há a possibilidade de redução de 12 para 10 e a razão porque não se reduz mais, é porque os custos, por aluno, são incomportáveis.

Os cursos do PROFIJ são muito mais caros do que os cursos do ensino regular. Tem um custo por aluno que é cerca do triplo do ensino regular e esse curso tem um efeito de escala directa. À medida que nós reduzimos a turma, o custo por aluno vai aumentando.

Quando nós vamos para números muito pequenos, o custo é claramente incomportável.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ligação e o relacionamento entre os povos e as comunidades assumem-se historicamente como factor de desenvolvimento civilizacional.

Os transportes, as comunicações, enfim, as acessibilidades sempre se salientaram como vectores de promoção de potencialidades e atenuação de constrangimentos de terras e gentes.

Com a globalização que estreitou o mundo, mais se evidenciou a importância de encurtar distâncias e facilitar deslocações e comunicações.

Hoje, os homens, os bens e as ideias circulam no mundo, com a liberdade que ainda não é de todos, mas com a vontade e a determinação de que a Terra e os seus domínios é de todos os homens.

Historicamente, os Açores viram o seu desenvolvimento fundado e condicionado pelas ligações internas e com o exterior.

A nossa insularidade patenteia-se como limitação ao inter-relacionamento entre as comunidades, mas, também, se assumiu como potencialidade nos mapas das rotas dos mundos desde a época dos Descobrimentos até à contemporaneidade.

No nosso arquipélago, a dispersão, a localização, a dimensão e as características próprias de cada uma das nossas ilhas constituem as razões para o tratamento que cada uma deve ter e para a ideia de Região que cada Governo deve adoptar.

Nestes pressupostos, a política de transportes aéreos nos Açores deve ser entendida com a essencialidade dos seus fundamentos e com a eficácia dos seus resultados perante as populações das ilhas.

Porém, muitas têm sido as razões de queixa dos açorianos face à política de transportes aéreos do Governo Regional assumida pela SATA, empresa de capitais públicos que deveria estar obrigada a um serviço público que, no entanto, é posto em segundo plano face a outros desígnios.

Aquando da discussão do Programa do actual Governo Regional dos Açores, em Novembro de 2000, nesta tribuna, suscitava tais preocupações afirmando, designadamente:

“No que respeita aos transportes aéreos, em especial os habitantes do Grupo Central do arquipélago vêem condicionada a sua acção pela forma em como estão definidas as rotas da SATA.

(...)

De facto, acontece muitas vezes que alguém querendo deslocar-se de uma para outra ilha do Grupo Central, não o possa fazer no dia e hora pretendido sem passar por Ponta Delgada com os necessários e evidentes prejuízos pessoais de tal imposição.

(...)

“Também no mesmo sector, fica a interrogação sobre o fim das viagens regulares entre a Ilha Terceira e Toronto e Boston, em prejuízo das necessidades das populações açorianas e das respectivas Comunidades de Emigrantes, da prática positiva dos últimos anos e, mais uma vez, da própria Geografia que faz com que a Ilha Terceira pudesse assumir, em termos de tráfego aéreo, a função de centralizar as deslocações das demais ilhas do Grupo Central para com as comunidades açorianas na América do Norte”.

Em tal intervenção evidenciava-se que o Programa de Governo então em discussão não esclarecia as questões referidas.

Finalizava esperando que *“a Geografia volte a ser o que realmente é e os interesses dos açorianos imperem”*.

Na sequência dessa intervenção e sobre esta matéria resultou o silêncio.

No dia seguinte, o Sr. Secretário Regional da Economia afirmava de forma esclarecedora :

“Informo o Sr. Deputado Clélio Meneses, que as ligações da SATA Internacional com o exterior, obedece ao princípio da rentabilidade económica, ou seja, o Governo está impedido de subsidiar esta empresa”.

E pronto. Nada mais tinha o Governo a dizer sobre a matéria.

Passaram os dias, os meses e os anos, com reclamações e reivindicações dos agentes económicos, dos agentes políticos, dos emigrantes, enfim, dos açorianos, e a situação continuou a preocupar e a incomodar.

No decurso do 1º Congresso Regional do Turismo, o assunto foi intensamente discutido, sem saídas discursivas para os responsáveis pela situação.

A comunicação social, numa acção arrojada e responsável, tem dado mostras de incómodo pelo tratamento indevido dado pela SATA ao fundamento e objecto da sua acção: os Açorianos.

Finalmente, passado todo este tempo, o PS manifesta-se publicamente no sentido daquilo que vinha sendo dito há muito.

Resta perguntar como agora parece que se faz:

Porquê só agora?

Mas porquê só agora?

Meu Deus, mas porquê só agora?

Srs. Deputados, mas porquê só agora?

Arrisco a responder, com o conforto de quem, apesar de parecer muitas vezes só, está acompanhado:

Afinal, havia outros...

Afinal, as nossas reivindicações e perspectivas não estavam assim tão desajustadas da realidade.

E não eram despropositadas as nossas denúncias, porque continua a constatar-se uma série de situações que dando razão às posições tomadas fragilizam a política regional de transportes aéreos na Região.

Sem ser exaustivo, passo a descrever alguns dos aspectos que motivam a contínua conclusão de que a política definida, em especial as rotas seguidas pela SATA, não serve as diferentes ilhas dos Açores, prejudicando os seus habitantes:

Em alguns dias da semana, o último voo de S. Miguel para a Terceira ocorre às 15 horas, quando, como todos sabemos, o Aeroporto das Lajes opera depois do pôr do sol;

O único avião estacionado na Terceira só opera 3 dias por semana, não fazendo viagens para S. Miguel, ao contrário do que já aconteceu, nem vendo comercializados alguns dos seus voos;

A ligação de algumas ilhas dos Açores com o exterior, nomeadamente com o Funchal, Porto e Boston, obriga a que o passageiro tenha de pernoitar em Ponta Delgada, sendo que, os nossos emigrantes na Califórnia, preponderantemente originários do Grupo Central, têm de pernoitar em Boston e noutra ilha dos Açores antes de chegar à sua ilha de destino;

O primeiro voo da SATA Internacional de Toronto para a Terceira está marcado para 1 de Julho, estando as demais ligações da Ilha Terceira com as nossas comunidades de emigrantes confinadas ao período de Verão, ocorrendo, por exemplo, períodos como o Carnaval em que cerca de 85% dos passageiros da SATA eram dirigidos à Terceira, mas tiveram de entrar na Região por outra ilha;

A SATA continua a recusar a realização de voos *charter* regulares da Terceira com os Estados Unidos da América e Canadá;

A limitação de metade do peso da bagagem imposta aos emigrantes dirigidos a 8 ilhas relativamente àqueles que se dirigem a outra, para além do acréscimo das demais despesas da viagem;

Apesar dos agentes de viagens demonstrarem a viabilidade de ligações Terceira/Funchal e Terceira/Porto, a SATA não promove tais operações;

Acresce a tudo o que fica dito, a forma como a SATA se relaciona com os agentes de viagens, assumindo-se como concorrente e não como parceiro numa actividade tão importante para a Região, pondo, assim, em causa o próprio tecido empresarial dos Açores.

Preocupações estas enunciadas há algum tempo por alguns, agora assumidas por outros mais, restando esperar que, de facto, a realidade geográfica e sociológica que nos identifica seja assumida por aqueles que têm a responsabilidade de se preocupar com os Açorianos das nove e de todas as outras ilhas que fazem com que a açorianidade não seja a mera soma aritmética de quantias e cidadãos, mas um estado de alma, uma maneira de ser, de sentir e de viver, que nos tem distinguido e há-de continuar a valorizar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para prestar um esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses que trouxe a questão, pertinente e importante, das ligações que são imprescindíveis para nós, ilhéus, no nosso dia a dia.

Não sendo esta a minha área de competência, gostaria de esclarecê-lo naquilo que sei, em conversas tidas com o meu colega, fazendo-lhe o ponto de situação desta matéria.

É verdade e importante que sendo a Terceira, como as demais ilhas, uma ilha de destaque no panorama regional, tenha ligações frequentes, por exemplo, com São Miguel.

O Sr. Secretário da Economia estabeleceu recentemente um contacto com a SATA, formalizando um pedido para que os horários que ligam estas duas ilhas fossem revistos e se pudesse considerar a viabilidade de haver voos mais tarde, para evitar

que as pessoas muitas vezes, nas suas deslocações necessárias a São Miguel, tenham que pernoitar, desnecessariamente, noutra ilha.

Aquelas afirmações que o senhor ali reproduziu, citando o Sr. Secretário da Economia, são verdade. A SATA é uma empresa pública. Portanto, o Governo Regional não pode subsidiar esta empresa. Pode tentar esforçar-se no sentido dela ter políticas consentâneas com a harmonização que é necessária a todas as ilhas dos Açores.

Outro assunto que lhe posso transmitir na sequência daquilo que abordei com ele acerca desta matéria, é a importância da Terceira ser alvo de voos charters.

Nós temos festividades importantes e a efectivação desses voos poderá ser um contributo fundamental para a ilha.

Também tem havido da parte do Sr. Secretário Regional da Economia esforços nesse sentido, mas o Governo Regional não é o promotor dos voos charters.

Tem procurado esforçar-se no sentido deles de efectivarem, mas é preciso que haja da parte dos privados esse interesse e que estejam alertados para a necessidade disto se verificar. Não se pode esperar que seja o Governo Regional a patrocinar ou a fomentar a existência desses voos.

Quando houver da parte das agências viagens, da parte de investidores privados essa disponibilidade, nós estaremos também dispostos a isso e a cooperar nessa matéria.

Não podemos assegurar sozinhos, porque sabe os custos que a concretização de um voo charter implica.

Eram estes os esclarecimentos que gostaria de prestar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afinal, parece que existe mesmo outro!

A preocupação manifestada na intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, pelos vistos, vem no seguimento da posição pública tomada pelos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, da Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A primeira vez que falei neste assunto foi em Novembro de 2000!

O Orador: O senhor está sempre a falar, não é a primeira vez.

Permita-me, Sr. Deputado, fazer um pouco mais de história e vamos voltar a períodos anteriores a Novembro de 2000.

A política de transportes aéreos, no que à ligação inter-ilhas diz respeito, sofreu um crescimento no movimento anual de passageiros. Numa avaliação entre 2000 e 2001 podemos verificar que os voos com e para a Terceira tiveram um aumento de 10%, o que significa que houve alguma evolução, mas não é suficiente.

Também não é suficiente a forma como a SATA Internacional e outras companhias de aviação promovem os voos charter ou garantem voos charter de e para a Terceira.

É preciso pensarmos um pouco mais além.

O que é que pode “alimentar” os voos charters?

São aviões que no percurso, quer de ida, quer de regresso, quer novamente de ida, tenham a sua capacidade ocupada e pelo menos 75% do mesmo.

Como é que isso é conseguido?

Havendo capacidade hoteleira no local de destino para onde esse voo se dirige.

Deputado Bento Barcelos (PSD): São emigrantes, têm família!

Presidente: Sr. Deputado, prossiga, não se intimide.

O Orador: Sr. Presidente, eu não estou intimidado. Unicamente, este ruído de fundo, além de apartes, são desapartes.

A questão de fundo que se coloca aqui é que não se pode dissociar a actividade turística da capacidade hoteleira e da oferta existente.

A oferta existente em 96 era de 14 unidades hoteleiras e pouco mais de 600 quartos. Até 2004, os investimentos em curso irão permitir, para além das 1090 camas já existentes, 14 novas unidades e cerca de 1000 quartos.

A partir daqui e até lá, é necessário fomentar parcerias quer com a SATA Internacional, quer com outras companhias de avião que se mostrem interessadas, parcerias para a realização de voos charters regulares.

Não temos dúvidas nenhuma em afirmá-lo, nem a mínima dúvida em solicitar ao Governo Regional aqui ou onde quer que seja necessário e preciso.

Agora não tapemos o sol com a peneira. Não recorramos apenas ao exemplo dos emigrantes dizendo que os emigrantes não conseguem garantir voos charters regulares

de e para a Ilha Terceira. Conseguirão garantir, e há que lutar por isso, em alturas específicas (Carnaval, nas férias de Verão, nas Sanjoaninhas, nas festas da Praia),...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Foi isso que foi dito!

O Orador: ... mas não operações regulares que permitam combater a sazonalidade, que permitam durante todo o Verão, durante todo o período...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente. Com tantos apartes, aproveito para fazer um aparte regimental para pedir mais 1 minuto.

Terminando, para dizer que a situação que se coloca neste momento é de percebermos como compatibilizar parcerias e transportes aéreos.

Este é um desafio deste Governo que criou condições para o desenvolvimento do sector do turismo, não só na Terceira como em todas as ilhas dos Açores.

Muito obrigado, pela sua paciência, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como dizia a Sra. Secretária Regional, esta questão é pertinente e recentemente tem preocupado a população da Ilha Terceira e os seus agentes económicos.

Há muito que ela tem sido levantada e discutida em diversas situações. Em Novembro de 2000 ela já me preocupava, por isso trouxe-a aqui aquando da discussão do Programa do Governo. Na altura, ao contrário daquilo que a Sra. Secretária tentou apresentar como justificação, o responsável pelo sector na Região, que não é só o Presidente do Conselho de Administração da SATA, mas também é o Sr. Secretário Regional da Economia, não deu qualquer explicação em relação ao que estava em causa, sobre as questões das rotas internas da SATA.

Limitou-se a dizer, num tom que poderia revelar alguma desconsideração pelo papel de deputado, que não dão subsídios à SATA Internacional. Não era isso que estava em causa. Estávamos a falar sobre as rotas internas da SATA. Ninguém estava aqui a falar em dar ou não subsídios.

A única resposta que o Sr. Secretário Regional tinha para dar na altura, era que não dava subsídios à SATA Internacional. Desconversou, como acontece muitas vezes com este Governo Regional, relativamente às questões colocadas.

Não podemos esquecer neste caso que a SATA é tutelada pelo Governo Regional.

Causa-me alguma perplexidade quando vejo, por exemplo, que os hotéis construídos pelos particulares, é motivo de orgulho do Governo. Parece que foi o Governo que os construiu.

A SATA que é uma empresa tutelada pelo Governo, o Governo não tem nada a ver com isso.

Há uma desconsideração e uma incongruência que não se percebe. Os hotéis que são construídos com o esforço e com o arrojo dos nossos empresários, aproveitando bem uma conjuntura internacional, designadamente os fundos comunitários, conseguindo fazer um investimento histórico nos Açores ao nível do turismo com grande papel e preponderância de fundos próprios, o Governo vem dizer que é que fez.

A SATA que é da responsabilidade do Governo Regional, ele não tem nada a ver com isso.

Há aqui uma grande evolução por parte do Partido Socialista. De Novembro de 2000 até agora, manteve o silêncio, não só em relação a esta questão como em relação a outras questões, como é o caso da EDA. Todos nos recordamos que levantámos a questão da EDA, neste plenário. Uma questão importantíssima em relação à qual foi chumbada uma proposta de resolução. Agora aparecem aqui requerimentos com a maior violência verbal que algum dia algum Deputado do PSD fez em relação à EDA. Sofremos ataques por defendermos a Ilha Terceira e os açorianos, em geral, mas parece que agora vão outros no mesmo caminho.

Finalizando, gostaria de dizer que é preciso conhecer bem as ilha dos Açores, para dizer que o que está aqui em causa não é uma questão de turismo. Quando se diz que o último voo de São Miguel para a Terceira é às 15.00 horas (um problema!), não tem nada a ver com o turismo, Sr. Deputado!

Quando dizemos que há um avião estacionado na Ilha Terceira, o dornier, que apenas funciona 3 dias por semana, não vai a São Miguel, não é preciso dizer que é por causa do turismo!

Quando dizemos que os nossos emigrantes não têm ligações regulares com os Açores, não é por causa do turismo!

Não me venham dizer que agora é que surge o problema e que só agora é que falam nisso, porque o turismo está desenvolvido.

Os problemas são os mesmos, são dos açorianos e são esses problemas que nos trazem aqui.

O problema de fundo mantém-se. A nossa posição mantém-se. Era igual à que tínhamos antes e vai continuar a manter-se.

Com este Governo, infelizmente, temos que manter as mesmas posições.

Alguns, se calhar com algum sentido de prognóstico, vão tendo posições diferentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses parece que o Governo despreza os investidores privados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: Totalmente falso.

Segundo a sua intervenção, parece que o Governo quer apoderar-se de investimentos particulares.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: Disse sim senhor, mas não é verdade.

O senhor por acaso vivia na Ilha Terceira em 1996.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Alguém queria que eu não vivesse!

A Oradora: Conhecia o panorama turístico que havia naquela ilha nessa altura.

O senhor tem consciência que em 96 a Terceira era uma ilha à margem das rotas turísticas da Região.

Tem consciência do panorama evolutivo que a Terceira sofreu nesta matéria. Com certeza que tem, porque vive lá, como vivem outros deputados desta casa.

Sabe que hoje a possibilidade de acolher turistas na Ilha Terceira é uma realidade. É por isso que hoje se equaciona a possibilidade de se ter voos charters.

Em 95 e em 96 era completamente impensável, porque não havia lugar para deitar as pessoas.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Mas haviam charters todo o ano!

A Oradora: Com certeza.

Ninguém visita a Ilha Terceira num dia. É preciso lugar para pernoitar.

Os empresários fizeram um esforço que é louvável, meritório e que o Governo também elogia. Nós dependemos claramente desse investimento para que o nosso turismo se efective e seja um sector de futuro como tende a ser.

Por que é que os investidores investiram em hotéis na Ilha Terceira?

Foi porque o Governo Regional criou condições para que isso acontecesse. Não tivesse o Governo Regional criado, como acontecia até 96, continuava-se da mesma maneira e no mesmo marasmo que havia na altura.

Não querendo tirar o mérito que têm esses investidores, não podemos fingir que isto aconteceu por obra e graça do Espírito Santo e que não houve aqui uma política integrada, como há, e que não houve que colocar o turismo na linha da frente da prática governativa deste Governo.

Para além disso, o senhor falou na questão de melhorar horários. Eu penso que fui clara naquilo que disse. Transmiti informações dadas pelo meu colega, Secretário Regional da Economia.

Nós não podemos ditar à SATA os horários que ela deve praticar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pode dizer aos empresários!

A Oradora: Podemos sugerir que ela alargue, como já fizemos.

Se não estão a servir bem, neste caso, os terceirenses, pois que ela equacione e repense esses horários.

Pensamos que isso se vai concretizar para os terceirenses poderem, como penso que é correcto, regressar no mesmo dia à sua ilha...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Como já aconteceu a alguns anos!

A Oradora: ... e não terem de pernoitar como acontece até agora.

Por outro lado, o próprio horário de Verão resolve, em certa medida, este problema.

É preciso que na altura do horário de Inverno isto também se efective e se garanta que as pessoas, com menos voos, possam regressar à sua ilha no mesmo dia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Terei todo o gosto em fornecer uma cópia do nosso comunicado onde faz a distinção clara entre aquilo que é a actividade económica, decorrente da necessidade de ligações de e para a Terceira, fundamentalmente para São Miguel, com ida e volta no mesmo dia, e aquilo que é o desenvolvimento da actividade turística.

Os empresários, Sr. Deputado Clélio Meneses, estão a ser desprestigiados? Está-se a ocultar o papel dos empresários? Não, Sr. Deputado, ao contrário.

O que o senhor não poderá eventualmente responder é como é que explica o facto de grande parte dos investimentos no sector do turismo só terem decorrido a partir de 1996. Explique-me essa situação, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Será que até 96 não haviam empresários na Região? Não haviam empresários na Ilha Terceira?

Por que é que em 1996 tínhamos o Hotel de Angra da forma como estava?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Parece que o senhor é que está a menosprezar o papel dos empresários.

Haviam ou não condições, em 95 e em 96, para se investir como se investiu? Se havia, por que é que não foi feito?

Explique esse mistério, porque isto não é como o mistério da multiplicação dos pães.

De um momento para o outro, os investimentos começam a surgir.

Quem é que criou as condições para esses investimentos surgirem?

Reportando-me apenas à Terceira, no âmbito do SITRAA, no período compreendido entre 96 e 2001, surgiram 24 projectos de investimento.

O Sr. Deputado Clélio Meneses sabe qual foi o montante de apoio, de participação, por parte do Governo Regional, ao esforço e empenho desses empresários? Foram 2,2 milhões de euros, ou seja, cerca de 60% do total de investimento.

Quer falar do sistema de incentivos que também teve uma grande aceitação na Ilha Terceira e que teve apoios na ordem dos 50% do investimento?

Ou prefere falar na situação anterior do Hotel de Angra?

Já que falamos no Hotel de Angra, Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor refere muitas vezes que em 2000 levantou a sua voz por causa da política de transportes e do turismo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu lembro-me também de ouvir a sua!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, em 1997, por causa da situação do Hotel de Angra, levantei a minha voz com o Secretário Regional da Economia Duarte Ponte, como se chama ainda hoje, atendendo às condições miseráveis que dava para albergar os turistas daquela ilha.

Nessa altura, curiosamente, não ouvi o Sr. Deputado Clélio Meneses ou algum Deputado do PSD fazer o mesmo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a minha intervenção teve um pressuposto muito diferente daquele que foi aqui pretendido trazer por parte do Sr. Deputado Francisco Barros e por parte da Sra. Secretária Regional.

Quem está aqui a tentar discriminar empresários, ou a minimizar o seu papel, são aqueles que dizem que tudo o que foi feito foi por causa do Governo Regional do Partido Socialista.

Todos sabemos que isto tem a ver com conjunturas internacionais, desde o incremento da indústria do turismo a nível mundial, à baixa taxa de juros e ao incremento de fundos comunitários, que foram aproveitadas, e bem, pelos empresários, pelo Governo Regional, pelos agentes económicos e pelos agentes públicos.

A Sra. Secretária não ouve as coisas e depois pensa que os outros pensam à sua medida. Eu acabei de dizer que o Governo Regional e os agentes públicos aproveitaram, na justa medida daquilo que lhe era possível e das suas capacidades, os meios que estavam à sua disposição. Daí o incremento do turismo, sobretudo por incremento dos particulares.

O que não se viu aqui foi uma tentativa de dizer que o que está bom foi feito pelo Governo Regional e os empresários tiveram outro papel.

A SATA que tem problemas iguais àqueles que tinha há 5 e 6 anos atrás não tem nada a ver com o Governo Regional, não tem nada a ver com o Partido Socialista. É isto que está aqui em causa.

Da nossa parte, e finalizando, nós estamos nesta Assembleia, como sempre estivemos, com o sentido de defender os açorianos, defender aquilo que são as suas perspectivas mais íntimas e para trazer a esta Casa os seus anseios e as suas preocupações.

Todos reconhecem – pode ser que aqui não reconheçam – que esta é uma preocupação generalizada dos habitantes da Ilha Terceira e de algumas ilhas do Grupo Central.

Foi, pura e simplesmente, com este objectivo que trouxemos este debate aqui e não para fazer qualquer tipo de guerrilha partidária, como tentaram aqui fazer, porque quem não sabe fazer outra coisa é isso que faz.

Deputado Paulo Messias (PS): O senhor é que a fez daquela tribuna!

O Orador: Prejudicaram o seu requerimento, o seu comunicado.

Pensei que estavam a defender os interesses dos terceirenses, mas noto que estão mais numa atitude meramente partidária.

Da nossa parte, agora e sempre, estamos disponíveis para defender os interesses da Ilha Terceira.

É essa a nossa preocupação e nosso trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra para abordar apenas um dos aspectos dos muitos que aqui foram referidos.

Parece-me sintomático que a resposta do Sr. Secretário Regional da Economia, em relação a um requerimento do PSD, salvo erro do ano 2000, tentando justificar o

porquê das novas rotas da SATA, objectivamente e com uma única razão em critérios económicos, ajuda a perceber aqui algumas das coisas que foram discutidas.

Se, por um lado, é verdade que ninguém hoje em dia, nem de alguns anos para cá, não pretende que a SATA continue sistematicamente a acumular prejuízos, a ser uma empresa sem capacidade competitiva no mercado, a ser uma empresa financiada totalmente pelo erário público, por outro lado, nós não podemos aceitar que uma empresa pública, com capital público, tutelada pelo Governo Regional e que é apoiada na atribuição de um concurso para um serviço público, vá para o extremo oposto de definir as suas rotas apenas em função de objectivos económicos.

Se é verdade que, por um lado, ninguém deseja que a SATA esteja totalmente ao serviço dos Açores e que seja penalizada por isso, também não é aceitável para nós que os Açores estejam sujeitos ao serviço da SATA, sendo as populações de diversas ilhas prejudicadas nas ligações que elas faz apenas com base no critério económico.

Se calhar, qualquer empresa privada que entre aqui, poderá prestar este serviço em melhores condições.

Nestas circunstâncias a SATA não pode ser desculpabilizada, porque é uma empresa pública.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 17 horas e 42 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 28 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Falar da Universidade dos Açores é falar de uma instituição estratégica com três pólos que são, todos eles, de fundamental importância.

Falar do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, certamente que é falar do Pólo da Horta, mas é também falar de um Departamento Universitário que se credibilizou na investigação, que se afirmou na qualidade das colaborações e dos programas que desenvolve em conjunto com a Administração Regional, que demonstrou ter uma enorme capacidade de se desenvolver cientificamente embora num quadro de grandes limitações físicas.

Falar do DOP, visitar o DOP, observar o DOP é um exercício que muitos têm feito, que tem gerado crescentes e creíveis palavras de admiração, mas que, até à data, ainda não contribuiu, decisivamente, para o arranque do projecto de construção de instalações adequadas.

Raramente se terá visto um tão elevado número das mais altas figuras do Estado, em vários mandatos, dizerem palavras tão positivas em relação a uma instituição científica e universitária.

Apesar disso, raramente se terá visto também um processo de investimento público ser arrastado por tantos e tantos anos.

Apesar disso, também, raramente se terá visto a capacidade demonstrada por cientistas, técnicos, funcionários e estagiários em produzirem trabalho sério e profundo, usando um antigo balneário público, um antigo serviço de desinfecção marítima e um antigo mercado de peixe. A essas instalações foram sendo somadas alguns pré-fabricados e alguns contentores e todos os que esperavam o colapso dos projectos, por falta de condições, tiveram como resposta o amadurecimento e a implantação científica do DOP em função da competência desses mesmos cientistas, técnicos, funcionários e estagiários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afirmei uma vez, nesta tribuna, que o que tem faltado, desde há muitos anos, para que se construam instalações condignas para o DOP é uma verdadeira vontade política.

Reafirmo essa convicção que penso que é plenamente demonstrada pela inacção a esse respeito assumida na prática, por todos esses que, quando visitam tecem os mais rasgados elogios ao DOP.

Foram já vários os Ministros da Educação ou da Ciência dos mais variados Governos, que não transformaram em motor de vontade a simples constatação da importância e da qualidade do trabalho do DOP.

Por diversas vezes o Reitor da Universidade dos Açores não escondeu a sua visão parcial em relação a esta questão, tendo chegado, por duas vezes, ao limite de “ameaçar” com a transferência do DOP.

Recentemente, no quadro de uma apreciável discussão pública realizada tendo como motivo o 25º Aniversário da Universidade dos Açores, ficou patente que a questão da tripolaridade da Universidade dos Açores tem muitos e credenciados defensores, como ficou patente que os seus detractores não desistiram de agir.

Bem recentemente subiu ao palco da actividade política regional a pressão e a acção em favor do desbloqueamento das decisões necessárias à resolução, que é de facto muito urgente, da situação do Pólo da Terceira da Universidade.

Na nossa óptica a tripolaridade tem que ser defendida e isto implica que as entidades competentes desbloqueiem finalmente os financiamentos necessários às obras do Pólo da Terceira e às obras do Pólo da Horta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há já muitos anos existe nesta ilha do Faial, uma clara noção da importância do DOP não só para o futuro dos Açores e da Universidade dos Açores, mas também para o futuro da Horta e desta zona do Arquipélago.

A centena de profissionais que normalmente trabalham no DOP; o racional aproveitamento da magnífica infra-estrutura que é o Porto da Horta para base de meios de investigação marítima; a massa crítica, a qualidade e as exigências introduzidas no conjunto da sociedade por toda essa gama de cientistas formados ou em formação, de técnicos qualificados em várias áreas, de visitantes que colaboram em projectos de investigação; tudo isso é de fundamental importância para o desenvolvimento do meio de acolhimento e, também para o desenvolvimento harmónico, equilibrado e descentralizado da Região.

Em poucos dias virá à Horta fazer um Conferência sobre o Ensino Superior, o Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior. Sei que vai visitar o DOP; sei que vai visitar o Observatório Príncipe Alberto de Mónaco.

Penso que não passa pela cabeça de nenhum açoriano que o Senhor Ministro, ao vir à Horta falar do Ensino Superior, não apresentará um plano pormenorizado e concreto de investimento que permita o rápido início das obras de construção do edifício principal do DOP.

A exigência colectiva da nossa sociedade, quer no plano regional, quer no que respeita ao Faial, só pode ir nesse único sentido de se passar quanto antes à fase de disponibilização dos meios financeiros. Declarações do Ministro feitas quando se deslocou à Universidade dos Açores, na comemoração dos 25º Aniversário, apontam nesse sentido, mas é bom frisar, agora, antes da concretização da anunciada visita, que este caso concreto, por tudo quanto foi dito, não se compadece com mais demoras, nem com mais promessas.

Exige acção verdadeiramente imediata.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O DOP é, para além de tudo, um departamento de investigação de fundamental importância para uma boa e rigorosa gestão dos nossos recursos pesqueiros e a adequação urgente das suas instalações também é essencial neste plano.

Mas não queria terminar esta intervenção que foi sobre o DOP, sem aflorar uma questão da actualidade e que se prende com o futuro imediato das acessibilidades à zona de pesca dos Açores.

Este assunto foi debatido ontem. A posição do PCP é absolutamente clara.

Queria apenas acrescentar que, na nossa óptica, torna-se essencial que os órgãos de governo da Região Autónoma dos Açores (Assembleia e Governo Regional), desenvolvam, possivelmente nas próximas semanas, todas as diligências ao seu alcance no sentido de garantirem a solidariedade nacional nesse processo e de aproveitar os bons indicadores havidos até Novembro do ano passado para que a solução adequada seja consagrada no mais curto espaço possível.

Gostaria também de, sendo possível, ouvir a opinião do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas sobre este problema, nomeadamente na vertente informativa que ele possa ter e que possa enriquecer o debate que ontem se realizou aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria agradecer ao Sr. Deputado Decq Mota a oportunidade que me dá de intervir num debate que é importante para os Açores e que tem a ver com aquilo que esta Assembleia se pronunciou ontem e que eu, por razões de serviço fora dos Açores, não pude estar presente.

Em primeiro lugar, queria solidarizar-me com a intervenção que fez sobre o DOP e testemunhar a importância que esse departamento da Universidade dos Açores tem na gestão da política de pescas nos Açores.

De facto, é um parecer indispensável. É com ele que temos contacto com a fundamentação científica para muitos dos actos de gestão do Governo Regional e daí reconhecer a importância da sua intervenção e a importância do DOP e que se encontre uma solução capaz para dignificar aquele departamento da Universidade dos Açores.

Relativamente ao último desafio que fez, eu não queria lançar polémicas, antes pelo contrário, queria ser mais pacífico. Tive oportunidade de ler a imprensa e alguma intervenções que foram feitas aqui, por isso gostaria de trazer alguma passividade à questão, porque ela é de natureza muito importante para os Açores e para os pescadores da Região, daí que vou tentar explicar o que é que se terá passado que alterou aquilo que era a nossa posição, aquilo que era a posição da Região Autónoma dos Açores.

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que a questão das 200 milhas foi sempre a primeira proposta apresentada pelo Governo Regional, consensualizada com os parceiros sociais e com todos os partidos políticos desta Assembleia.

A proposta que nós deixámos em Bruxelas, aquando da nossa visita em Junho do ano passado, inclui, como primeira proposta, a reserva das 200 milhas. Caso essas 200 milhas não fosse possível, então tinha como proposta alternativa a questão da box que tinha os 400 mil quilómetros quadrados. Essa era uma proposta sucedânea da primeira reivindicação, porque as 50 milhas não nos servem, porque os principais bancos de pesca ficam de fora das 50 milhas.

Desde o início, todos assumimos – penso que não ouvi dúvidas de ninguém sobre essa matéria quando tivemos em Bruxelas – que a questão prioritária era a reserva das 200 milhas e a secundária, ou seja, a sucedânea, caso a primeira não vingasse, era a questão da box.

O Governo Regional e os parceiros sociais do sector não mudaram de opinião sobre essa matéria.

O que é que aconteceu?

Como sabemos, a partir da nossa visita a Bruxelas, a própria Comissão Europeia assumiu a proposta dos Açores como sendo uma proposta assumida pela própria Comissão. Aí sim, o artigo 6º das propostas que estavam em discussão na Comissão Europeia, referia expressamente as 200 milhas como sendo a área de reserva para as embarcações açorianas. Esse é o artigo 6º da proposta que foi discutida várias vezes com o meu Director Regional das Pescas e com o Governo da República. Todos estavam de acordo quanto a essa matéria.

O que é que surgiu de novo aqui que pôs em dúvida, pelo menos, a posição dos Açores relativamente a isso?

Na verdade, na reunião que ontem foi tratada aqui, por aquilo que tive oportunidade de ouvir na comunicação social, na reunião de 4 de Abril de 2003, o Governo Português deixou passar uma proposta da Comissão que fazia reduzir para as 50 milhas aquilo que eram as 200 milhas.

Eu posso ler o que é se disse:

“No caso particular das RUP’s, em que se inclui as águas das Regiões Autónomas, por Portugal, foi avançada a possibilidade de ser criada uma zona de protecção de 50 milhas para todo o pescado e não só para atuns e espécies afins, a que só teriam acesso

embarcações registadas naquelas regiões com excepção de barcos de Estados-Membros com esforço de pesca.

A França opôs-se, propositadamente e frontalmente, contra esta proposta da Comissão.

A Comissão enfatizou a necessidade de obter compromisso ainda a durante a presidência Grega.

Portugal, Espanha e França, embora sob reserva, por não haver ainda um documento escrito a consagrar estas linhas de orientação, manifestaram apreço pelo empenho da Comissão, admitindo estar a avançar-se na boa direcção.”

É esse volte-face – vou ser concretamente franco para que os Srs. Deputados do PSD percebam - ...

Presidente: Sr. Secretário Regional, dá licença que o interrompa?

O Orador: Com certeza.

Presidente: Em termos regimentais só lhe podia dar 3 minutos.

O assunto foi apresentado pelo Sr. Deputado Decq Mota e há aqui uma situação que incomoda ligeiramente a Mesa. Ou eu mantenho o sistema habitual e regimental dos 3 minutos, ou a câmara autoriza-me a permitir que o Sr. Secretário esclareça durante mais algum tempo.

O Orador: Eu aceito o esclarecimento.

Presidente: Eu só coloco esta situação porque o assunto foi tratado ontem durante muito tempo e pode ter interesse para os Srs. Deputados ouvir a explicação completa. Penso que já a anuência da câmara. Contudo, peço-lhe que não faça uma longa intervenção.

O Orador: Vou tentar ser mais sucinto do que pensava inicialmente, até pelo o timing e a benemerência de V. Exa, Sr. Presidente.

A par dessa questão que está em concreto numa reunião do dia 20 de Abril do ano passado, há circunstâncias particulares e concretas que corroboram essa versão do Governo da República.

Tenho que dizer que conversas havidas entre o Governo da República e o representante de Portugal do Governo da República na REPER, indicavam para essa orientação, orientação essa que proveio de uma reivindicação de embarcações de

espadarte que julgavam que aquela redacção contida no artigo 6º impediria essas embarcações de espadarte de virem pescar às águas açorianas.

Esses armadores fizeram pressão junto do Governo da República o que fez com o Governo da República sentisse a necessidade de alterar a redacção, sem que tivesse contactado o Governo Regional dos Açores.

Em relação àquilo que era pacífico para o Governo Regional dos Açores (a autorização, como era habitual, em anos anteriores, de um certo número de embarcações registadas nos portos do Continente virem pescar para as águas dos mares dos Açores), o Governo não mudou de opinião sobre essa matéria e mantinha a mesma disposição do Governo da República autorizar, mediante parecer do Governo Regional, que era o que vigorava até agora.

Esses armadores ficavam com receios que a redacção contida nesse artigo 6º não permitisse que eles viessem cá. Foi isso que despoletou que o Governo da República tivesse dúvidas quanto a essa matéria, receando essa proibição na forma como estava redigido o artigo 6º..

Isso fez com que houvesse um retrocesso das negociações.

Não posso resistir também à necessidade de repor do bom nome do Governo Regional nessa matéria.

Ontem, um Sr. Deputado referiu nesta Casa que havia uma mentira institucional. Esta é uma denúncia caluniosa por parte desse Sr. Deputado, porquanto não existe nenhuma mentira por parte do Governo Regional nessa matéria.

Existiram efectivamente tentações centralistas quanto a essa matéria. Foi bom que os parceiros sociais, os partidos políticos e o Governo Regional, mantivessem o seu esforço no sentido de ser reposta aquilo que era a proposta inicial do Governo Regional dos Açores, consensualizada na Região.

Espero que esse empenho e esse esforço que foi dado pelos parceiros sociais que intervieram imediatamente nos órgãos de comunicação social, tenham reposto a verdade e que o entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República se reforce, no sentido de reencaminharmos a nossa reivindicação para as 200 milhas, como era a versão inicial de todos os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua benevolência.

Presidente: Informo que o Governo já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, vou procurar fazer uma intervenção serena e calma, sem fazer ataques ou interpolações ao Governo.

Vou tentar apenas esclarecer a posição do Partido Social Democrata, reafirmando basicamente aquilo que foi dito ontem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As informações que temos, que são perfeitamente actuais e se vão manter, é que não vou houve qualquer inflexão do Governo da República nas posições iniciais que estão concertadas com o Governo Regional.

Neste momento, a posição é aquela que foi mantida desde o início, que é a defesa das 200 milhas.

Qualquer extrapolação que se faça, como já se tentou fazer ontem e como se tentou fazer de alguma forma hoje de novo, não corresponde à verdade.

O que se tentou fazer com aquele documento que se trouxe ontem aqui foi, de facto, tentar recair culpas para o Governo da República que ele, neste caso, não tem.

Os senhores até podem ter razão, mas neste caso concreto podemos assegurar a todos presentes nesta Sala e aos açorianos que a verdade é que não houve qualquer inflexão na posição do Governo da República nesta matéria.

O Governo da República e Portugal continuam a defender as 200 milhas. A Região, certamente, está sendo informada e será informada de todo o processo negocial e tudo vai ser feito em concertação com o Governo Regional, certamente, como tem sido feito até aqui.

Há uma questão importante que é reveladora um pouco daquilo que eu tentei ontem denunciar. Não digo que seja às segundas, quartas ou sextas. Às vezes, pela boca do PS e do Governo, vem uma declaração num sentido, mas na boca de outros vêm outras declarações noutra sentido.

Ontem, o Sr. Presidente do Governo Regional dizia à RTP Açores: “não creio que devamos antecipar posições de conflito sobre a matéria.”. Isto são declarações do Sr. Presidente do Governo na tal posição pseudo-institucional, como se não tivesse nada a

ver com o resto dos elementos do Governo, nomeadamente com o Director Regional das Pescas e o Secretário da tutela, que abordaram este assunto. Se não sabiam que o Governo da República mantinha a mesma posição, deviam ter tentado primeiro saber se era verdade ou não aquilo que se tinha passado em Bruxelas.

Em vez de tentarem saber se o Governo da República mantinha ou não a defesa das 200 milhas, pegaram num documento e tentaram criar uma nova guerra política.

É preciso ser claramente denunciado aqui que:

Primeiro, não houve qualquer inflexão, nem um milímetro de inflexão, na posição do Governo Português. Ele sempre defendeu as 200 milhas e isto tem que ficar claramente dito aqui para não haver mais extrapolações.

Segundo, é preciso que o Governo Regional e o Partido Socialista se entendam. O Sr. Presidente do Governo Regional, em pose institucional, não pode dizer que não há razões para fazer uma guerra política e os restantes membros do Governo e o Partido Socialista não fazerem outra coisas senão, quase como quem procura agulha num palheiro, procurar argumentos para fazer uma briga com o Governo da República. Isto não pode ser.

Nós temos que ter aqui alguma coerência. Não pode haver duas vozes no Governo, uma que tenta ser magnânima e passar a noção do bom entendimento com o Governo da República e outra que tenta dar tiros no Governo da República.

As coisas não podem ser tratadas assim. As coisas têm que ser tratadas com alguma elevação e com alguma coerência.

Se não é o momento de fazer guerra, por um lado, se está provado aqui e reafirmado que não houve qualquer inflexão do Governo da República sobre esta matéria, por que é que se insiste? Por que é que o Governo fala a duas vozes nesta como noutras matérias? Qual o interesse político nisto? Nós não percebemos.

Como disse, não há qualquer inflexão do Governo da República sobre isto e não há nenhuma razão para algumas pessoas do Governo Regional tentarem criar um problema e juntar aqui algumas outras entidades neste problema com o Governo da República, quando o Presidente do Governo Regional diz que se dá muito bem com o Governo da República.

Ele é que é o Presidente do Governo. Ou ele vai ter que desautorizar aquilo que os senhores dizem, ou então há uma completa descoordenação dentro do Governo Regional. Uma das coisas se passará certamente.

O que não se passa definitivamente é qualquer mudança na posição do Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota, mais uma vez, ao longo deste meio mandato trouxe aqui o problema do Departamento de Pescas da Universidade dos Açores que, abreviadamente, conhecemos na Horta por DOP.

Ele nasceu da organização tripular da Universidade que é fundamental para uma das funções da Universidade dos Açores, que é contribuir para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região.

Nesta base da organização tripular da Universidade dos Açores, é fundamental termos presente que os problemas de financiamento do departamento de Oceanografia e Pescas, nomeadamente o problema do financiamento para as obras nas suas novas instalações, têm residido sobretudo em três áreas fundamentais:

Primeiro, na não assunção clara desse financiamento por parte dos anteriores Governos da República que, apesar de virem aqui dizer que o DOP era a menina dos seus olhos, não mandavam dinheiro.

Segundo, naturalmente que os problemas de financiamento do DOP residiram e residem na política de investimentos da própria Universidade.

Terceiro, esses problemas têm residido numa certa medida, numa colaboração mitigada que a Região e a Autarquia têm dado ao mesmo DOP.

Querer falar da vinda do Sr. Ministro da Ciência à Horta e colocar nele toda a responsabilidade deste passado que se conhece, não me parece absolutamente correcto.

Sobre aquilo que o Sr. Ministro irá dizer sobre o DOP, o melhor que temos que fazer é esperar pela sua vinda, que ele diga aquilo tem a dizer e depois, com conhecimento de causa, façam-se os juízos, apure-se onde é que estão os problemas que têm afectado o desenvolvimento e o desbloqueamento que se exige e que todos os faialenses de todos os partidos têm exigido até hoje, que é o desbloqueamento do problema das instalações e da sua verba para o DOP, que mais do que uma exigência do Faial, é uma exigência do desenvolvimento da Universidade e do desenvolvimento harmonioso e integral da Região. É nesta base que temos que pôr as questões.

Naturalmente que a vinda do Sr. Ministro cria expectativas. Vamos esperar que ele venha e que aquilo que ele disser aos faialenses e aos açorianos seja muito mais do que dizer que o DOP é a menina dos seus olhos e depois não efectivar em termos de verbas aquilo que é fundamental, porque é isso que os faialenses e os açorianos esperam da vinda do Sr. Ministro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer algo que já tive oportunidade de dizer noutra ocasião.

Em primeiro lugar, a Câmara Municipal da Horta fez tudo o quanto estava ao seu alcance no passado, e continua a fazer no presente, para que o DOP, que mereceu palavras tão elogiosas e justas por parte do Sr. Deputado Decq Mota, possa vir a ter as instalações que merece há muitos anos.

Há certos Deputados da bancada do PSD que não gostam que eu fale daquilo que conheço da Câmara Municipal da Horta, mas deixo aqui uma recomendação ao Sr. Deputado Costa Pereira, que a tomará em bom recado.

Poderá ver o projecto que no início da década de 90 foi submetido à apreciação da Câmara Municipal da Horta para as instalações do DOP e verá, quando não havia

Governo do PS nem na República nem na Região, se isso era uma atitude séria ou se isso era uma manobra de diversão.

Em segundo lugar, para dizer que, com estes que a terra há-de comer e espero que não seja para breve, ouvi da boca do ainda reitor referências elogiosas ao DOP, de que este era a menina dos seus olhos

Suponho que ainda tenho em bom lugar alguns dos textos que ele fez o favor de me entregar, em que referia que no plano deste ano viria uma verba para o DOP, na cidade da Horta.

O meu caro amigo Deputado Decq Mota, quando foi vereador na Câmara da Horta, sabe o esforço que fizemos. A cidade da Horta sabe e a Região, atenta a estes assuntos, também sabe.

A Câmara da Horta chegou a pagar a renda de uma casa para os alunos do DOP, quando se prefigurava no horizonte aquilo que nas Lajes do Pico chamam a negaça, que era tentar levar daqui para fora o pouco que ainda restava.

Portanto, da parte do poder político desta ilha, tudo tem sido feito no sentido de manter aqui o DOP.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Relativamente ao Governo Regional, continuam inscritas verbas para o apoio financeiro ao DOP.

O Governo Regional tem tido, como lhe compete, um grande respeito pela autonomia universitária. É isso que deve ser feito.

Da Universidade dos Açores, com este reitor, resta-me registar por fim que ele não promoveu um desenvolvimento harmónico da sua tripolaridade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Este debate prosseguirá amanhã no período de antes da ordem do dia, porque atingimos a hora regimental para entrarmos no período da ordem do dia.

Assim sendo, vamos continuar a discussão do **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”**.

Nós estávamos a debater, na especialidade, o artigo 2º, para o qual havia uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD e surgiu agora uma nova proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Apenas para avivar um bocadinho a memória em relação àquela que é a intenção e a perspectiva do Partido Socialista ao propor esta formulação para este artigo.

No fundo, é uma formulação que se aproxima em larga medida naquilo que está estatuído na Lei 74/98, de 11 de Novembro, nomeadamente no seu artigo.

Por outro lado, alertava a câmara para a necessária distinção que tem que existir nesta matéria entre aquilo que é a vigência e aquilo que é a publicação, noções diversas que nós entendemos que, de acordo com a formulação do artigo 2º que é dada pelo Projecto do Partido Socialista, está perfeitamente assegurada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar conta daquela que é a nossa proposta de alteração a este artigo, cujo contributo que pretendemos dar aqui foi de tentar clarificar um pouco mais as premissas que têm a ver com a questão da eficácia jurídica, não se tentando confundir esse objectivo bastante válido que é de usar as novas tecnologias e a disponibilização do Jornal Oficial, através da Internet, com questões de contagem de prazos, porque não será fácil fazê-lo. Aliás, o diploma não consegue, nestes artigos, resolver essa questão.

Juntar a proposta de alteração mais não é do que manter a definição daquilo que são as contagens de prazo, quando se chegar ao artigo 3º, e manter essa perspectiva bastante válida, que está na proposta inicial, do Jornal Oficial passar a estar acessível através

da Internet, sendo que deve ser feito com aquelas que são as regras de início de vigência normais ou de início de contagem de tempo para vigências normais.

Isto tem a ver com duas questões muito claras e simples como sempre foram, que é a publicação e quando não seja a distribuição feita no mesmo dia da publicação, a data da distribuição. Portanto, deve estar consagrado isso ao nível da Internet, porque não será fácil perceber-se quando é que existe o início dessa contagem, não havendo qualquer tipo de controlo naquilo que é a disponibilização ou o facto do Jornal Oficial estar acessível através da Internet e ainda por cima com essa agravante, que é o facto bastante positivo de querermos aproveitar as novas tecnologias não deve significar arranjar “arengas” naquilo que já existe.

Acho que se deve aproveitar o que já existe, melhorar e ter mais esse contributo, porque senão, quem recebe o Jornal Oficial por forma impressa vê-se às aranhas porque porventura pode recebê-lo muito mais tarde quando há 15 dias atrás ele já estava acessível na Internet.

Então para que serve a outra versão do Jornal Oficial?

Julgo que o que é útil é melhorar essa mesma distribuição em termos de tempo relativamente à publicação e, paralelamente, aproveitando as novas tecnologias. Ao fim e ao cabo o que importa é isso. É mais um meio de disponibilização que se pretende que seja mais atempado.

Em suma e com essa simplicidade, seria essa a nossa proposta aqui apresentada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que se mantém o problema que ontem levantámos.

O Partido Socialista, na proposta formulada, entende que o dia em que o Jornal Oficial se torna disponível na Internet é o dia da publicação. Portanto, o diploma esse dia.

Continua no ar a pergunta, sem que haja uma resposta eficaz para a mesma: no dia em que se verificar um atraso na disponibilização on-line do Jornal Oficial, os diplomas são todos reenumerados de acordo com essa data?

Parece que sim.

Isso levanta grandes problemas, porque numa quinta-feira em que, porventura, o Jornal Oficial não seja editado na Internet, passam os diplomas a ter a data do dia da sua publicação, que é o dia da Internet. Assim, passarão a ter a data de sexta-feira, de sábado ou de domingo.

Isso cria uma dificuldade acrescida aos cidadãos, daí que esta segunda parte do n.º 2 deste artigo 2.º não faz sentido quando transpomos esta norma para o domínio prático. Não havendo uma resposta, creio que com esta formulação estamos não a facilitar a vida ao cidadão, mas pelo contrário, a complicá-la.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária. Sr. Secretário Regional:

Prevaleça antes demais o que acabou de dizer o meu colega de bancada, Deputado Joaquim Machado, mantendo obviamente, pela nossa parte, as mesmas dúvidas que ontem afirmámos e que ele hoje reafirmou.

Gostaria de congratular-me com o facto da discussão tida ontem, com carácter técnico, sobretudo, tenha despertado desde logo o aparecimento de mais alterações a este Projecto que não nasceu muito bem, razão pela qual eu recomendava ontem a possibilidade de ele ser reanalisado em sede de Comissão.

Deputado Francisco Sousa (PS): Ele já esteve lá e o Sr. Deputado não disse nada!

O Orador: A redacção que o Projecto do Partido Socialista apresenta cria dificuldades de estabilidade de identificação do diploma.

Sendo que a identificação do diploma é, como se diz mais à frente em artigo próprio, a sua numeração e a sua data, a verdade é que não sendo possível fazer coincidir a data da publicação com a data da sua efectiva distribuição, temos uma incerteza quanto à identificação do diploma. Acho isto inconveniente para a identificação dos diplomas.

Não vejo que esta alteração do Partido Socialista, traga qualquer benefício para a ordem jurídica que regula esta matéria. Creio mesmo que vai gerar dificuldades e instabilidade.

Nós mantemos preferência pelo nosso conjunto de propostas, porque, num lado tratamos a questão da eficácia jurídica, noutro tratamos da vigência e mais à frente,

como está na própria postura e apresentação didáctica do diploma, tratamos da identificação dos diplomas.

Posso reconhecer que a proposta do Partido Popular distingue claramente a data do diploma.

Eu mantenho na íntegra a crítica técnica à deficiência do Projecto de Decreto Legislativo Regional do Partido Socialista, designadamente na redacção proposta para o artigo 2º. Apelo para que haja melhor ponderação, porque creio que se está fazendo pior do que aquilo que hoje está em vigor.

Gostava de perguntar à Sra. Secretária Regional como é que está o Jornal Oficial em suporte de papel, em matéria de correspondência das datas de publicação e distribuição? E como é que está relativamente à sua edição em suporte tecnológico?

No caso dos Suplementos cria-se uma situação absurda em matéria de estabilidade e de certeza quanto à identificação do diploma.

Eu penso que isto é tão óbvio que me surpreende que não tenha sido percebido e insista na sua proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Em primeiro lugar, gostaria de tornar a salientar que na nossa perspectiva, e sem prejuízo do respeito que nos merecem as preocupações que foram manifestadas, quer pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, quer pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, há aqui aspectos que são necessários ter na sua devida conta.

Parece-me que está a existir uma confusão por parte do Sr. Deputado Joaquim Machado em termos da disponibilização em suporte físico e material onde se possa apreender o diploma.

Em relação a algumas das preocupações que referiu, gostava de salientar o seguinte:

Qual as vantagens desta solução que o Partido Socialista defende?

Uma das grandes vantagens é que ao contrário do suporte de papel que tem as demoras inerentes ao funcionamento do serviço postal, a disponibilização em Internet,

a partir do momento em que está on-line, está disponível para todo o arquipélago. Esta é uma das grandes vantagens que tem, entre outras vantagens.

Em relação ao sistema actual, em que por exemplo, São Miguel tem conhecimento num dia, a Terceira noutro e as Flores e o Corvo noutro, este sistema permite que todos os utilizadores tenham conhecimento ao mesmo tempo desse tipo de legislação.

O Sr. Deputado Joaquim Machado também manifestou a preocupação de haver um problema com a questão de estar em baixa ou não.

Aquilo que se diz aqui é que a data do diploma é o da sua publicação entendendo-se como tal a do dia em que o Jornal Oficial se torna acessível através da Internet. A própria formulação que é dada ao parágrafo 2º deste artigo, responde claramente à sua pergunta.

Só quando ele estiver disponível na Internet é que se considera que o diploma está publicado. Se há uma situação de baixa, se há uma situação de indisponibilidade de página, não se considera que esteja.

A resposta à sua pergunta está contida no nº2 do artigo 2º da nossa proposta de formulação.

Outra questão que me parece importante salientar aqui, é que o problema da publicação e da disponibilização, ao invés de se agravar com essa proposta, dilui-se e dilui-se por aquilo que eu referi em primeiro lugar.

Julgamos que a formulação que temos está de acordo com um dos princípios que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista definiu como um dos princípios fundamentais para uma intervenção legislativa nesta matéria, dá resposta a isso, obvia e permite ultrapassar os problemas que foram adiantados.

Além disso, eu gostava de salientar à câmara que não é a primeira vez que esta discussão é tida em relação à eficácia publicação ou não de diplomas.

Na anterior legislatura da Assembleia da República esteve em discussão uma proposta exactamente com esta solução. É interessante consultar e analisar o debate que se passou à volta daquilo.

Também não é a primeira vez que esta questão de dar relevância jurídica à publicação, no sentido de disponibilização através da Internet, é colocada. Não há aqui um avançar completo no escuro.

Já houve esta proposta que não chegou a ser lei, porque entretanto caiu e perdeu-se a iniciativa com o término da legislativa passada, mas acabava por ir exactamente neste sentido.

Há situações em que a proposta tem mérito.

Há outras situações que certamente a Sra. Secretária explicará em relação à viabilidade técnica, à segurança técnica para essa solução e para se dar conteúdo prático à mesma.

Além disso, eu gostava de chamar a atenção, porque me parece igualmente relevante na análise deste artigo, para uma das propostas de alteração que o Partido Socialista apresenta e que é efectivamente o haver deferimento da entrada em vigor de alguns dos artigos que visam permitir um tempo e um período em que se garantirão, aí sim, todos os meios para que não exista qualquer problema.

Há aqui uma outra questão. Não se assaque a esta proposta aquilo que não há ninguém que consiga garantir. Falhas poderão haver sempre da mesma forma que poderá acontecer com o formato de papel. O problema não é esse.

Quais os objectivos que se visa garantir?

Quais são as preocupações que existem?

Algumas das preocupações que os Srs. Deputados, e muito bem, colocaram.

Nós entendemos que com o conjunto de circunstâncias que estão reunidas neste momento e que ficarão reunidas num futuro próximo, é possível obviar com esta formulação as objecções que colocam.

Era apenas isto que gostaria de partilhar com a câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar uma achega e explicar a posição do Governo relativamente a essa matéria.

Parece-nos que o diploma que o Partido Socialista traz a esta câmara é inovador, no sentido em que permite que passe a haver, mediante a sua aprovação, eficácia jurídica da disponibilização na Internet dos diplomas, coisa que até agora não se verificava. É

este o aspecto mais inovador deste diploma e por isso é aquele que assenta, no fundo, toda a estrutura do diploma.

Importa salientar aqui que, neste momento, já há discrepância entre a data da publicação e a data da própria disponibilização.

Quando o suporta era apenas de papel, devido a greves nos correios, havia uma discrepância grande entre uma coisa e outra e algumas ilhas recebiam mais tarde, mas este artigo vem resolver esta situação. Segundo a minha interpretação, passa a ser apenas a data da disponibilização via Internet que garante a eficácia jurídica deste diploma.

Neste momento, por parte da Direcção Regional de Ciência e Tecnologia tem havido um grande esforço no sentido de informatizar a Administração Regional e de procurar estar na linha da frente, em matérias deste âmbito.

Há problemas que ainda persistem. Neste momento, o Jornal Oficial tem a I e a II Séries disponíveis na Internet, mas não tem a III e IV Séries. Neste momento ainda estão a introduzir dados.

Este problema pode criar alguns engulhos, digamos assim, à operacionalização imediata do que este diploma consagra. Neste momento está a decorrer o concurso público para se garantir os meios tecnológicos correctos a operacionalizar isso.

Penso que esta câmara tem interesse em legislar para o futuro e numa perspectiva de futuro. O futuro passa por aqui. Portanto, não faz nenhum sentido estarmos a garantir os dois suportes ao mesmo tempo, a causar mais confusão nesta matéria.

Portanto, a relevância jurídica a partir do momento em que se garante através da Internet é exclusivamente esta que vale.

Penso que em termos de custos isso até virá a ser muito melhor para o cidadão, porque poupará dinheiro no sentido de que as pessoas, hoje em dia, só continuam a ser assinantes do Jornal Oficial em suporte de papel, porque não há eficácia jurídica do que está disponível na Internet.

A partir do momento em que isto passa a acontecer, escusam de garantir e de manter as duas assinaturas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar fazer algumas considerações sobre a matéria, levantar algumas questões e dar algumas opiniões.

Na opinião do PCP a acessibilidade dos cidadãos ao Jornal Oficial deve ser universal. Ou seja, todos os cidadãos da Região Autónoma dos Açores devem ter o direito de terem acessibilidade ao Jornal Oficial.

Infelizmente, nesta Região, há muitos milhares de cidadãos que não têm acesso à Internet. Por isso mesmo a única acessibilidade que eles têm possibilidade de ter ao Jornal Oficial é através...

(Aparte inaudível do Deputado Herberto Rosa)

O Orador: Sr. Deputado, o senhor sabe perfeitamente que no serviço onde o senhor trabalhou e onde era funcionário administrativo, muitos cidadãos dirigiam-se a esse serviço para saber em que dia é que tinha saído o aviso do concurso.

É evidente que esses cidadãos têm acessibilidade através desse serviço, através do papel ou através da Internet, mas há serviços do Estado, nesta Região, que não têm acesso à Internet. Nesses serviços, como é que eles vão ter acesso ao Jornal Oficial se ele for publicado na Internet?

Ou melhor, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não está, mas gostava de perguntar, como é que os cidadãos vão ter acesso ao Jornal Oficial, através da Internet na Escola de Santa Cruz das Flores?

Nós entendemos que o dia da publicação em papel deve ser o mesmo dia da publicação na Internet e o dia que servirá de data de publicação deve ser a data de disponibilidade nos dois meios, porque só assim é que a universalidade dos cidadãos poderá ter acesso.

Aliás, colocaria um exemplo prático:

Eu tenho na minha mão o Jornal Oficial, II Série, nº 53, de 31 de Dezembro de 2002. Não sei em que dia é que os cidadãos tiveram acesso a ele em papel e na Internet. Estou convencido que em papel tiveram muito depois de 31 de Dezembro de 2002.

Mas tanto a Sra. Secretária Regional, como o Sr. Secretário, de certeza sabem em que dia é que este Jornal foi publicado, porque diz respeito aos vossos serviços.

Eu vejo aqui abertura de concursos para as Secretarias Regionais do Ambiente, da Educação e Cultura, de Obras Públicas e da Agricultura e Pescas.

Pergunto: os cidadãos que se candidataram a estes concursos, que tinham 5 dias para concorrer, como é o caso do concurso para a Secretaria de Obras Públicas, e só receberam o jornal nos últimos dias de Janeiro, fora de todos os prazos, podiam ou não concorrer? Concorreram, ou não concorreram? Se concorreram, entraram ou não no concurso? O Tribunal de Contas aceitou o resultado deste concurso ou não? E os cidadãos que concorreram nos 5 dias úteis posteriores, têm direito ou não, junto do Tribunal Administrativo, a considerar que os que concorreram fora de prazo possam ser providos? Isto são questões importantes que têm a ver com isso.

Em nosso entender, isto só se resolve se o dia da publicação coincidir com o dia do suporte em papel e com o dia da apresentação na Internet.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quando é que foi distribuído?

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, era exactamente isso que eu gostaria que os Srs. Secretários interessados na matéria me dissessem.

Em papel, ele não foi distribuído no dia 31 de Dezembro, com certeza.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Foi depois.

O Orador: Foi muito depois, Sr. Deputado.

Pergunto: os candidatos que concorreram no dia 31 de Janeiro aos concursos que aqui estão, foram admitidos ao concurso? E os que concorreram no tempo útil, podem ou não reclamar disso?

Nós entendemos que tem que haver precisão. A lei tem que ser objectiva. Neste caso concreto, não é.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse, e bem, “falhas poderão haver sempre”. É verdade. Essa questão vem na sequência do que disse o Sr. Deputado Paulo Valadão e, pelo que já percebi, V. Exa. está inquieto para responder.

De facto é assim. O cidadão normal, à partida, não tem o registo do dia em que foi feita a distribuição, mas há o controlo dessa distribuição, ao contrário do que está na Internet.

Há um controlo porquê?

Porque os serviços que o distribuem sabem perfeitamente quando é que o fizeram.

Mediante a requisição ou pedido desse conhecimento, o cidadão fica com a certeza jurídica garantida e pode alegar isso mesmo para o caso, como referiu o Sr. Deputado Paulo Valadão, de um concurso. Pode vir a alegar, embora não receba em casa, o dia de envio para o correio, mas é uma forma de recurso.

Portanto, há uma certeza jurídica.

Acontece que ao estarmos a trazer o benefício para o futuro, que é o acesso através das novas tecnologias, estamos a pôr em causa, quando não era necessário, porque pode-se juntar as duas coisas, a certeza jurídica em termos daquilo que até funciona na prática como uma notificação.

Quando atrasa, por exemplo, a distribuição, eu sei que “vou ser notificado”, porque vou receber um Jornal Oficial.

Agora, quando está na Internet e estou à espera de um qualquer diploma, vou ter de ir todos os dias, de manhã e à tarde?

Na nossa proposta referimos que até mesmo na Internet estará disponibilizada, quer a data da publicação, quer no caso da distribuição, quando isso for importante.

Na prática, acontece que, por princípio, o dia da publicação e da distribuição é o mesmo. A única coisa que acontece é que quando é a distribuição em papel, sabe-se e pode-se ir ver qual é a discrepância de tempo.

Em termos da disponibilização na Internet não há essa forma, até para certeza do próprio cidadão.

Pode acontecer, por exemplo, que um novo Governo achava graça em fazer um concurso em que disponibilizava na Internet, 5 dias depois, com a data de há 5 dias atrás? É possível ou não na Internet?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é!

O Orador: Na Internet é possível esse género de soluções. Isto foi-me garantido por técnicos.

No papel não acontece isso, porque tem o registo da saída.

Podemos pôr outra questão: imaginemos que falha a Internet por uma qualquer questão técnica, durante um determinado tempo. Como é que se faz na prática? Vai-se voltar a republicar aquilo que estava feito? Que data é que fica?

Vamos imaginar uma situação mais alarmante. Imaginemos que falha uma peça que tem que vir do exterior para o próprio sistema da Internet. A Região fica sem publicação.

Podemos falar do princípio da própria igualdade que tem a ver com o acesso à Internet.

Pode acontecer uma falha na luz.

Imaginemos que o Sr. Deputado Dionísio Sousa queria entrar no concurso. Se a Terceira estiver dias seguidos sem luz, entretanto alguém já caçou o lugar.

Deputado Dionísio Sousa (PS): A luz em minha casa nunca falha!

Deputado Nuno Melo Alves (PP): Na minha falha!

O Orador: Em suma, são esses pequenos pormenores que na prática retiram a certeza jurídica por uma questão que eu acho que não é assim tão essencial, que é a disponibilização na Internet querer dar uma força jurídica a essa disponibilização.

Aquilo que importava para entrarmos nesse caminho das novas tecnologias é, para além daquilo que já está garantido, que há certeza jurídica e que se mantém, estar acessível aos cidadãos nesse novo meio, abrangendo certamente mais, abrangendo aqueles que já têm em papel, que têm possibilidade de aceder ao papel e abrangendo aqueles que possam ter acesso à Internet. Portanto, deve-se aumentar em vez de restringir. Essa é que era a solução ideal e foi com esse espírito que se apresentou aqui esta proposta.

De resto, na prática, julgo que vão acontecer situações que vão demonstrar que nem sequer se deu um passo com vista ao futuro. Quis-se transformar aquilo que poderia ser um benefício numa fonte de dúvidas, numa fonte de incertezas e, esperamos nós, numa fonte que não venha a ser de confusão.

Pelo debate que já tivemos aqui, fica demonstrado que nada disso será claro para os cidadãos perceberem como é que na prática essas contagens são feitas.

O princípio da certeza jurídica não é de abandonar, por mais estima que tenhamos pelas novas tecnologias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que todos os argumentos aduzidos têm a sua razão de ser.

No artigo 2º há um objectivo, que é o da eficácia jurídica.

Numa parte da abordagem feita aqui, e com razão, já estamos a tratar da sua vigência e da distribuição do Jornal.

O que eu quero assegurar é que este artigo trata de eficácia jurídica.

Tal como a Constituição determina, a eficácia jurídica faz-se com a respectiva publicação.

Este artigo, tal como está proposto, para além da sua epígrafe não corresponder, na minha opinião, ao que efectivamente trata, confunde-se o nº 2 com o problema de identificação do diploma.

Há um artigo mais à frente que trata da identificação do diploma que é correspondente à data da sua publicação.

A razão pela qual o PSD apresenta a sua proposta de alteração, é porque concorda que neste enquadramento se trate de eficácia jurídica, tal como está previsto no seu nº 1.

Por outro lado, o nº 2 deve dar um sinal claro de que a eficácia jurídica tem como pressuposto a data da sua publicação, que deve corresponder ao da sua efectiva distribuição ou disponibilização.

Isto porquê?

Porque há jurisprudência e pareceres no sentido de que o que conta para a eficácia jurídica, apesar da Constituição falar em publicação, é a sua efectiva disponibilização.

É neste contexto que deve ser analisado este artigo, razão pela qual eu acho que o texto é confuso.

A nossa proposta assegura que a data da publicação deve corresponder ao dia da sua disponibilização para efeitos de eficácia jurídica.

Outra questão é tratar da data do diploma, como identificação.

Portanto, em minha opinião, a primeira parte do nº 2 não faz qualquer sentido.

Parte da abordagem feita pela Sr. Secretária demonstra desconhecimento jurídico. A senhora não é técnica, portanto não tem a obrigação de perceber conceitos jurídicos.

A senhora quis esclarecer, por minha solicitação, a parte logística do funcionamento da distribuição do Jornal Oficial, mas a verdade é que o seu suporte electrónico não está actualizado.

Eu fiz uma pergunta de retórica, porque eu sabia que não estava disponível.

Por outro lado, nem sempre é coincidente a data de distribuição do Jornal Oficial em suporte de papel com a data da publicação.

A verdade é que temos problemas nesta matéria e esta lei não vem trazer novidades ao actual quadro, Sra. Secretária.

Só é boa, porque actualiza o nosso decreto de 77.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que sintetizasse.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Gostaria que ficasse registado que eu não faço questão de estar contra este artigo, acho é que ele não está correctamente elaborado, sob o ponto de vista da técnica jurídica, por isso deve ser alterado.

A manter-se assim, o Grupo Parlamentar do PSD não tem condições para o votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, gostava de afirmar que o problema aqui não é isso não ser uma questão. Efectivamente, para nós, isso é uma questão essencial.

Em segundo lugar, uma questão colocada pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Neste momento, o que é que nós temos?

Temos a disponibilização e a publicação que são temporalmente distintas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso então é porque andou para trás!

O Orador: Não, não andei para trás. A ideia é exactamente essa.

Quando este sistema estiver perfeitamente operacional, esse problema que o Sr. Deputado referiu aí não se verifica.

O problema que referiu de ser publicado no dia 31 e disponibilizado posteriormente, não se verifica. Está eliminado.

Tanto está eliminado que eu, na minha casa, em São Miguel, terei acesso ao Jornal Oficial no mesmo dia em que o senhor terá acesso na sua casa nas Flores.

Há ou não vantagem em termos de se diluir essa diferença entre disponibilização e publicação?

Há vantagem. É um valor intrínseco, conforme foi referido pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Há aqui questões que interessam do ponto de vista de eficácia e do ponto de vista de certeza.

Gostava de reafirmar mais uma vez que parece-nos que a formulação que é dada pela proposta do Partido Socialista, efectivamente garante isso.

Gostava de salientar mais uma vez ao Sr. Deputado Paulo Gusmão, que é uma das diferenças do diploma e é um dos vectores essenciais desta reforma que pretendemos fazer.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Efectivamente não sendo uma técnica, nem dominando a sua linguagem jurídica burilada, gostaria de lhe dizer que o meu entendimento sobre este diploma é que continuo a achar que é um diploma inovador, porque o Diário da República não tem, que eu saiba, eficácia jurídica quando é disponibilizado na Internet.

A grande inovação deste diploma é este ponto 2 do artigo 2º que implica que a disponibilização electrónica seja entendida como tendo eficácia jurídica. É essa a grande inovação.

Para além disso, relativamente a outras questões que foram abordadas, eu própria admiti que não havia neste momento uma operacionalidade da rede e uma

possibilidade de disponibilizar 100% o Jornal Oficial actualizado, mas haverá a breve trecho. Como lhe disse, já está aberto concurso público e dentro de muito pouco tempo temos condições para garantir que isso se verificará.

Temos que legislar para o futuro, não para as limitações que o presente nos impõe.

Efectivamente penso que a redacção mais clara é essa que o PS propõe, porque restringe e passa a ser apenas a disponibilização electrónica aquela que coincide com a eficácia jurídica, mais nenhuma.

Portanto, mantenho aquilo que disse. Penso que é um aspecto inovador, até mesmo no Continente ele não se verifica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro só não respondeu à questão essencial: no caso de falha, quais as certezas jurídicas e as garantias que as pessoas têm?

Até agora, a lei diz que a distribuição é feita no mesmo dia da publicação, mas mesmo assim ainda contempla a possibilidade de isso acontecer mais tarde, ou seja, a possibilidade de erro. O que é que acontece? Essa distribuição beneficia o cidadão.

Qual a garantia que há aqui?

É que a distribuição é mais fácil de averiguar. A discrepância entre uma coisa e outra é mais fácil de averiguar do que no processo da disponibilização na Internet. É somente isso.

Com certeza todos dirão que vai ser posto no mesmo dia. E se não for? Que controlo é que há dessa discrepância?

Já agora, uma segunda nota. É um passo maior do que as pernas. Ainda não está disponibilizado, ainda não está a funcionar, no presente não há nada, mas já vamos caminhar para um futuro em que a disponibilização passa a ter efeitos jurídicos. Não faz sentido, não lembra a ninguém, ainda mais com essa grande agravante que nos demonstra bem que não há garantia nenhuma de que não venha a falhar, antes pelo contrário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser rápido e vou dirigir-me directamente ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Estava convencido que o Sr. Deputado me iria dizer que o prazo seria aquele que, por exemplo, o serviço oficial tivesse registado a entrada do Jornal.

Neste momento, para efeitos administrativos e jurídicos, a data de entrada em qualquer serviço oficial regional, é a data para contar prazo para qualquer concurso de Jornal Oficial.

Eu pergunto directamente: qual será o prazo? É o dia da disponibilização na Internet?

Qual é a prova de que a disponibilização na Internet foi no dia 1, 2 ou 5?

O problema que se coloca é este.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para corroborar o que disse o meu companheiro de bancada e Presidente deste Grupo Parlamentar, Deputado José Manuel Bolieiro.

Efectivamente, ao abrigo da discussão na especialidade deste artigo 2º, estamos a discutir várias coisas e vários aspectos que, em termos substantivos, nos levam para o interior do diploma.

Quando se refere neste artigo que o que está aqui em causa é a questão da eficácia jurídica, neste domínio a redacção proposta pelo Partido Socialista apresenta uma deficiência ao misturar a eficácia jurídica com a identificação do diploma.

Isso resolvia-se e bem, do ponto de vista da técnica legislativa, abreviando este artigo e dando uma redacção ao nº 2 tal qual nós propomos: “*o Jornal Oficial é disponibilizado no dia correspondente ao da sua data*”.

Estamos a discutir a questão da vigência do diploma. Quanto a essa matéria de vigorar o dia da disponibilização na Internet, estamos de acordo. Ninguém levantou dúvidas sobre isso. Bastaria ler a proposta do PSD para o artigo 3º, que diz que “*a vigência conta-se no dia imediato da publicação do diploma ou da sua efectiva disponibilização em suporte impresso ou electrónico, prevalecendo aquele que ocorrer primeiramente*”.

Por que é que não percebemos isto?

Estamos aqui a confundir duas coisas. No artigo 2º era apenas a eficácia jurídica e não introduzir aqui, inadvertida e inoportunamente, a questão de identificação do diploma. No artigo 3º estamos de acordo que deve prevalecer a edição electrónica ou em suporte de papel, a que primeiramente for disponibilizada aos cidadãos.

É tão simples quanto isso, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que em relação a esta matéria já foram avançados muito argumentos.

Sr. Deputado, eu tanto não acho que haja aqui um problema de técnica legislativa que, por exemplo, até a lei nacional...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não quer dizer que esteja bem!

O Orador: Com certeza. Mas na minha opinião até está.

... sobre essa matéria segue exactamente a mesma solução.

Quando nós temos aqui uma situação em que é necessário conferir-se, definir-se e concretizar-se a questão da publicação, necessariamente há que haver uma formulação nesse sentido.

Uma das objecções que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem nesta proposta do PSD, é o carácter vago que ela tem.

Na nossa opinião, a proposta que o PS apresenta, concretiza muito mais, introduz um limite objectivo do ponto de vista daquilo que é a publicação – e por isso é que esta formulação está correcta – e a referência que se faz à disponibilização é condição de eficácia.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma questão de misturar.

O Orador: Não, Sr. Deputado. Uma das grandes vantagens do diploma – e desde já, aproveito para responder ao Sr. Deputado Paulo Valadão – é a questão de se eliminar essa diferença temporal entre publicação e distribuição.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E é o problema de vigência.

O Orador: Não senhor, porque aquele problema que o Sr. Deputado Paulo Valadão levantou, vem reforçar e dar razão a uma solução deste tipo, em que é eliminado aquele problema.

A partir do momento em que nós optamos por definir, como aqui se faz, a questão da eficácia jurídica dependente da publicação, é necessário o recurso e a concretização daquilo que deve ser a publicação. É isso que nós fazemos.

Portanto, entendemos que nesta questão, a formulação que é dada pelo Partido Socialista, ao contrário da proposta de alteração do PSD, é mais concreta, precisa e responde exactamente a este problema.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, eu já referi, mas volto a reafirmar, há vantagens na solução.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às falhas que o Sr. Deputado Paulo Gusmão falava, pode haver falhas, mas isso também já acontece com o suporte de papel e temos como exemplo as greves dos correios. Portanto, mantém-se a mesma situação. Não é por aí que se resolve o problema.

Quanto à questão de ficar registado a data de distribuição em suporte de papel, na Internet a data em que é disponibilizado também fica registada e é aquela que passa a vigorar.

Para além disso, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro levantou a questão do Governo não estar a fazer nada nesta matéria. Não é verdade, nem foi isso que eu disse, a não ser que tenha interpretado mal as minhas palavras.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não. A senhora é que interpretou mal as minhas!

A Oradora: Eu disse que neste momento não estavam todas as séries disponíveis. É verdade.

Precisamente por isso, foi lançado o concurso público para que se ultrapasse este constrangimento que agora se verifica.

É por esta razão que não é possível a disponibilização electrónica imediata e foi também por essa razão que se sugeriu que a data de entrada em vigor desta norma fosse adiada no sentido de garantir que neste momento não seja possível garantir com eficácia a disponibilização e a eficácia jurídica por via electrónica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Agracia que apelasse à sua capacidade de síntese, para ver se conseguimos votar este artigo antes de interrompermos os nossos trabalhos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito sintético porque creio que já disse o essencial. De qualquer forma, a última intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro suscitou-me o pedido da palavra. A questão que eu abordei tem a ver apenas com a abrangência do artigo – vigência e eficácia jurídica.

O que está no projecto em análise é bem mais confuso e amplo, porque trata não só da eficácia jurídica, como da data da publicação do diploma, que é uma das componentes da identificação do mesmo.

Quando eu dizia que a referência à data da publicação trazia certeza jurídica à identificação do diploma, dizia-o com conhecimento de causa.

Tudo será confuso quando a data de distribuição não for correspondente à data da publicação.

Outra coisa é a eficácia jurídica do diploma, conforme previsto na Constituição.

Insisto, o Projecto do PS mistura eficácia jurídica com a identificação do diploma.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD para o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP, 27 votos contra do PS e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração apresentada pelo PP para o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 2 votos a favor do PP, 27 votos contra do PS, 16 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do artigo 2º. Informo a câmara que me vou abster na votação deste artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP, 2 votos contra do PCP e registou 1 voto de abstenção do PS.

Presidente: Srs. Deputados, atingimos a hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos.

Retomamos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Maria Fernanda da Silva **Mendes**

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva **Azevedo**

Victor do Couto **Cruz**

A Redactora, *Maria da Conceição Fraga Branco*